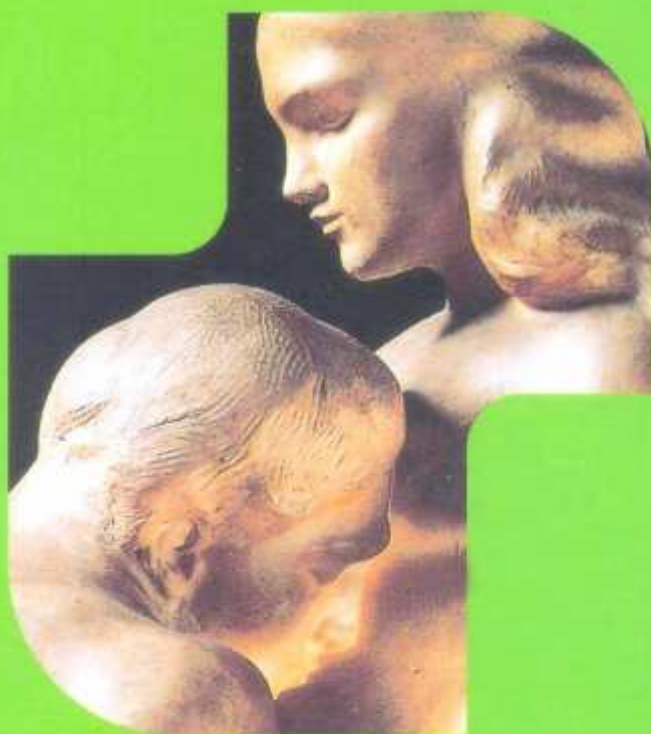


Utopia e Paixão

A Política do Cotidiano

Roberto Freire
e Fausto Brito



TRÍGRAFA

Utopia e Paixão

Roberto Freire e Fausto Brito

Utopia e Paixão

A POLÍTICA DO COTIDIANO

13^a edição



TRÍGRAFA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Freire, Roberto, 1927-

Utopia e Paixão : a política do cotidiano / Roberto Freire e Fausto Brito. — São Paulo : Trigramma Editora e Produções Culturais, 2001.

1. Ciência política 2. Liberdade 3. Utopias I. Brito, Fausto, 1947- II. Título

01-1212

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência política 320

Para falar com Roberto Freire: trigramma@bol.com.br

Para falar com Fausto Brito: fbrito@gold.com.br

Copyright © 1991 Roberto Freire e Fausto Brito

Capa: Máquina Estúdio

Direitos exclusivos para a língua portuguesa no Brasil:

TRIGRAMMA EDITORA LTDA., São Paulo.

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução do volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa da Editora.

ISBN: 85-87972-03-0

CONTRA CAPA

“Nada é tão contagiante como o gosto pela liberdade.”

“Risco é sinônimo de liberdade. O máximo de segurança é a escravidão.”

“Ser livre é ser revolucionário. E alegre.”

“O venerado amor de mãe é muito mais perigoso para a humanidade que todo o arsenal de armas atômicas.”

ORELHAS DO LIVRO

UTOPIA E PAIXÃO

Companheiros de muitas batalhas, Roberto Freire e Fausto Brito perceberam, na militância política tradicional, a limitação do mesmo jogo de poder que contestavam. E foram fundo, enxergando o vírus da mentira totalitária não só no sistema político do Estado, mas em todas as relações cotidianas, na família, na escola, na sexualidade, no lazer, na disciplina, nos valores morais, nas mínimas regras de comportamento que estruturam a nossa vida em sociedade. Este livro é resultado das reflexões gravadas e editadas a partir de um longo papo entre os dois autores, num momento difícil, em que Roberto Freire encontrava-se temporariamente cego. Mas “a escuridão é luz bastante para a experiência revolucionária”, diz ele. Lançando mão de suas ferramentas de trabalho — a psicologia, a pedagogia, a sociologia e, sobretudo, suas paixões e utopias — Roberto e Fausto procuram compreender e curtir o mundo pela dinâmica do cotidiano, pois somente aí pode ocorrer uma verdadeira revolução. Utopicamente possível.

Utopia e Paixão, lançado em 1984, agora recebe novo tratamento gráfico, revisão do texto, novo prefácio dos autores,

visando à sua atualização face às transformações por que passou o mundo nesse período.

O interesse permanente dos leitores pela obra, bem como a reflexão e os debates que provoca, sobretudo entre os jovens, tornou-a um marco original e importante na cultura brasileira contemporânea.



<http://groups.google.com/group/digitalsource>

Para
Pedro, Paulo e Beto,
e para Thiago,
nossos filhos.

Em homenagem a Caetano Veloso:

*“Cada um sabe a dor e a delícia
de ser o que é.”*

*“Os que falam em revolução
sem realizá-la na própria vida cotidiana
falam com um cadáver entre os dentes.”*

Dusan Makavejev,
parafraseando Raoul Vanegheim

SUMÁRIO

Prefácio

O escuro é luz bastante

Introdução

Prometeus da nossa esperança

Fazer omeletes sem quebrar os ovos

Amor de jardineiro, não de botânico

Os cegos do pescoço para cima e os sábios da cintura para baixo

Das utopias cotidianas ao fascismo romântico

Desobediência civil, mas social também

Limpando a cabeça de velhos preconceitos

É a mãe!

A imaginação no poder

Paixão: ideologia do orgasmo

Quem não ama fica rico

Prefácio

(para a 13ª edição)

Este livro, lançado há dezesseis anos, permaneceu esgotado por um bom tempo, recentemente. Entretanto, sua procura nas livrarias permaneceu intensa nesse período, como aconteceu sempre, desde seu lançamento em 1984.

Utopia e Paixão é um livro leve, de fácil leitura, mas trata de assuntos complexos e profundos do que entendemos por “política do cotidiano”. Sua intenção é simples e objetiva: dialogar com os leitores sobre as perplexidades diante de nossa existência pessoal e social, através de uma visão libertária e apaixonada, de dois homens que lutaram e ainda lutam pela liberdade e contra todas as formas de autoritarismo.

Desde que o escrevemos, nada aconteceu no mundo que pudesse alterar nossos sentimentos, ideologia, utopias e paixões. Apenas a luta continua. Mas com ela e apesar dela, conseguimos manter vivos o prazer de viver, de amar e de criar, como propusemos ser possível neste livro.

Utopia e Paixão é, para nós, algo destinado à juventude, enquanto ela se mantém inquieta, instigante e libertária, sendo mais produto do futuro que do passado.

Os Autores

O escuro é luz bastante

Fiquei cego no início da primavera de 1980. Operação bem sucedida devolveu-me a visão um ano depois.

Durante aquele tempo, foram gravados meus diálogos com Fausto Brito, no hospital.

Tecíamos, a cada dia de minha escuridão e de sua lucidez, esta colcha de retalhos, feita dos saldos de nossa militância política cotidiana, utópica e apaixonada.

A clareza que foi surgindo aos poucos, em meu espírito, fez-me crer que a escuridão é luz bastante para a esperança revolucionária.

Fausto Brito é um jovem professor de Ciências Políticas, em Belo Horizonte. Com seu saber crítico e criatividade engajada, ajudou-me a formular, com este livro, parte do conteúdo político da Somaterapia, um processo terapêutico desenvolvido por mim, tendo como ponto de partida a vida e a obra de Wilhelm Reich.

Não houve estrutura intencionalmente criada, nem ordem, ou qualquer organização formal, na feitura de Utopia e Paixão. O livro consiste em gravações de conversas entre dois amigos.

Surgida a idéia de publicá-las na forma de livro, os diálogos foram transformados em narrativa na primeira pessoa do plural,

visando maior concisão e objetividade.

Por essa razão há de parecer redundante às vezes e, freqüentemente, obsessivo a respeito dos temas que nos propusemos a refletir. Mas talvez esteja nisso a sua sinceridade.

Roberto Freire

Introdução

À primeira leitura deste livro, você perceberá que ele não se propõe a discorrer sobre os aspectos genuínos, essenciais e transcendentais da existência humana. Não nos sentimos competentes para isso, nem nos dedicamos à filosofia e à metafísica. A religião, em si mesma ou como fonte de explicações e justificativas para a vida dos homens, não nos interessa.

Somos dois militantes políticos. Participamos da luta por um socialismo que vamos procurar explicitar e exemplificar nestas reflexões. Nem sempre pensamos de forma semelhante ou agimos de modo idêntico em nossa militância. Mas desses conflitos e discrepâncias pessoais, enriqueceu-se a visão que temos de uma vida social pluralista e libertária.

Essa militância política é a nossa razão melhor e alegria maior de viver. Armados e motivados por ela, utilizamo-nos de nossas ferramentas de trabalho — a Psicologia, a Pedagogia e a Sociologia, e sobretudo nossas paixões e utopias — para compreender e curtir a dinâmica do cotidiano e o conjunto das relações de forças que buscam o poder na organização pessoal, familiar e social na história contemporânea.

Tendo nascido de uma conversa de dois homens sobre suas

vidas cotidianas, este livro não pretende ser nada mais que um diálogo com muito mais perguntas que respostas, uma maior busca de sinceridade que afirmações de verdades. É um diálogo que pretende instigar, não uma tese que intenta ensinar.

Os Autores

1

Prometeus da nossa esperança

O primeiro item do nosso diálogo foi a liberdade. Não em conceituações teóricas, mas em testemunhos íntimos sobre a nossa liberdade, e como a sentíamos.

Fomos contando fatos, dando depoimentos pessoais. Sobretudo nos ocupamos de como foi diferente em nossas vidas a liberdade de cada década. Agora ela surgia toda nova, ainda mais bonita e excitantemente mais difícil, como um jeito contemporâneo de uns poucos viverem e amarem. A nova liberdade era a que víamos ser praticada por alguns, e que também nós lutávamos por praticar, como uma mutação que se operasse tanto por opção pessoal e ideológica quanto por desígnios antropológicos dos quais éramos deliciadas vítimas eleitas.

A liberdade em nossas vidas foi sempre um processo, nunca um estado. Temos a impressão de que muitas vezes pudemos ser livres, embora a liberdade não existisse em torno de nós para a maioria das pessoas.

Não é possível afirmar que alguma vez tenha existido socialmente a liberdade no Brasil após sua descoberta. Entretanto, nossa cultura é o resultado de processos libertários de

homens que se fizeram livres para produzir sementes de libertação. Eles foram os Prometeus* da nossa esperança.

** Prometeu era um dos titãs da mitologia grega, e roubou o fogo dos deuses do Olimpo para entregá-lo aos homens. Como castigo, Zeus, o deus supremo dos gregos, ordenou que o acorrentassem a uma rocha e que uma águia lhe bicasse o fígado que não pararia de crescer, num suplício eterno.*

Assim, pois, a liberdade, como processo, não é um mito. Sonhamos com a liberdade individual e coletiva como coisa real, concreta e realizável. Começamos a ser livres nesses sonhos. Porque sem a esperança de poder ser livre, sem já se ter sentido o gosto da liberdade e lutado pelo direito de ser livre, nenhum outro bem, como o amor, a justiça, a beleza e a paz, nos parece viável.

Não temos conhecimento de que a liberdade já tenha sido conquistada do geral para o particular, do social para o pessoal. O que a história mostra é exatamente o contrário. E isso é fácil de entender. Porque ser livre, para nós, parece um ato essencialmente de insubmissão e de afirmação da originalidade única da pessoa. A única liberdade que nos serve é a que conquistamos, não a que nos doam, vendem ou emprestam. Só podemos ser livres às nossas custas. Podemos conquistar juntos a liberdade, mas vamos usá-la cada um a seu jeito.

Mais ainda: a busca da liberdade é algo permanente, sua conquista é incessante. Suas razões mudam com o tempo, assim como os que pretendem impedir a realização da liberdade de cada um ou de todos.

Ser livre agora não garante, pois, que o sejamos amanhã. Ser livre é um processo contínuo de ir à luta para garantir as conquistas já feitas e ampliá-las. É isso mesmo o que parece ser a nossa liberdade: uma conquista, nunca um direito assegurado.

Embora a liberdade se pareça, em nosso código genético,

com o respirar, ela se assemelha mais com o amor, que é preciso defender, desenvolver, cuidar. Porque em relação a ambos, liberdade e amor, desde o nascimento existem forças contrárias e permanentes. Pode-se até imaginar que a realização da liberdade seja um mecanismo secundário de sobrevivência do homem, que seja efeito direto da organização social autoritária. Mas ainda que tenha sido processo secundário, reativo, ser livre acabou por valer tanto quanto viver, na escala de valores humanos. A liberdade é, pois, uma necessidade natural, mas ser livre é uma conquista social.

Então, o exercício da política (do modo como a compreendemos e explicitamos neste livro) no cotidiano é um exercício de criação e recriação do espaço para a nossa liberdade.

A busca de um novo modo de organizar a vida social, fundado na liberdade, tem de ser realizada na procura ininterrupta da nossa própria e atual liberdade. A busca da liberdade coletiva e a busca da liberdade individual são dois processos que só fazem sentido quando se unificam.

Aqui não cabe desequilíbrio. Se buscamos a nossa liberdade sem compreender a sua inserção na busca da liberdade coletiva, acabamos por nos dobrar diante das fortes relações de poder autoritário que tecem a sociedade.

Nossa experiência junto a indivíduos que se libertaram dos processos repressivos a que estavam submetidos e conquistaram a liberdade mostra que o primeiro e mais importante fenômeno que ocorre nessa circunstância é a descoberta do outro, a necessidade violenta e incoercível da liberdade dos outros, de participar das organizações que batalham pela liberdade coletiva, combatendo todas as formas de repressão à liberdade individual e coletiva.

É interessante notar que a liberdade de cada indivíduo, somada à dos outros, resulta em possibilidades muito maiores de realização de potenciais criativos do que permite a liberdade de cada um, isoladamente.

Segundo os conceitos de solidariedade e associação dos socialistas libertários, o trabalho coletivo tem muito mais força do que o somatório dos trabalhos de um indivíduo, embora o número de horas-homem de trabalho seja o mesmo. Para Proudhon, esta seria mais uma forma de explorar o trabalhador: paga-se o dia de trabalho de cada operário, mas não se paga a força resultante do trabalho coletivo (o todo é maior que a soma das partes) de todos os operários trabalhando simultânea e coletivamente. Em seu livro *O que é a propriedade*, Proudhon afirma: não se pode dizer que um homem trabalhando duzentos dias produza tanto quanto duzentos homens num dia. A menor empreitada humana carece de um concurso de trabalhos e aptidões tão diversas que nenhum homem sozinho poderia jamais suprir.

Entendendo-se esta idéia de coletivo, compreendemos o que as várias liberdades — e, portanto, criatividade original — possibilitam quando tecem uma liberdade coletiva. Isto, a nível político, tem uma importância capital: dentro da visão anarquista, a solidariedade que surge da livre associação dos homens com objetivos comuns é a mais eficiente arma de revolução social, muito maior que a soma das disposições de luta de cada trabalhador. A sociedade que derivar deste poderoso conjunto de trabalhos individuais, livres e desbloqueados, abrirá múltiplas oportunidades de progresso. Logo, a conquista da liberdade individual já traz em si mesma a necessidade da liberdade coletiva, para que aquela tenha algum valor e sentido. E tornamos a frisar que a liberdade coletiva não é algo massificado, e sim a

convivência de múltiplas formas de ser livre. Liberdade coletiva, sim, mas no plural, inclusive podendo haver conflito entre as diferentes formas de ser livre.

Um tipo ilusório de busca de liberdade tem se repetido atualmente, produto de uma compreensão deficiente do que se convencionou chamar de “política do corpo” e do desconhecimento das teorias de Wilhelm Reich a respeito: são os que consideram a busca da liberdade como mera liberação do corpo. Tornam-se soltos, massageados, gostosos e saem para o mundo para conquistá-lo. Dura pouco. É impossível manter a liberação corporal se não adotamos uma estratégia para vencer as repressões que oprimem os nossos corpos. Não faz sentido falar em política do corpo fora da discussão da política do cotidiano. Em síntese, a busca da liberação corporal, da liberdade individual, só será bem sucedida se emoldurada pela busca da liberdade coletiva.

Outro tipo de desequilíbrio ocorre freqüentemente entre as esquerdas: privam-se hoje do exercício da liberdade para conquistá-la no futuro. É uma concepção de fundo religioso: o sacrifício hoje, o paraíso amanhã.

Acreditando na liberdade como algo espontâneo, como coisa própria da nossa auto-regulação espontânea, ela se exerce naturalmente, desde que desbloqueada. A liberdade não pode ser exercida parcialmente porque ninguém se desbloqueia parcialmente. Não adianta desbloquear somente a parte sexual ou a parte das relações de trabalho. Tem-se de desbloquear o todo, o *soma**. Ou se desbloqueia tudo, ou não se desbloqueia nada. É uma questão de estratégia de vida: ou eu me auto-regulo por inteiro e serei livre, ou sou regulado por alguém e dele serei escravo.

** Soma, representando a totalidade individual da pessoa humana, significa corpo, em grego, mas nos utilizamos dessa palavra num sentido bem mais amplo.*

O exercício da liberdade esbarra na estrutura social, particularmente na família. Sem transformá-la, não revolucionaremos nem a nós, nem a sociedade. A família é o núcleo de um conjunto de relações sociais, pilares do autoritarismo da sociedade burguesa.

Derrubar estes pilares é condição necessária para a transformação pessoal e social. Mais ainda: não se trata de transformar a família daqui a um tempo. Não, é já! A construção de novos modos de convivência, de novos modos de relações sociais, passa necessariamente pela transformação imediata da família; senão, comprometemos, inevitavelmente, o exercício da nossa liberdade no desejado encontro com a liberdade coletiva.

Criar formas alternativas de convivência é um exercício necessário à nossa liberdade, uma prática política fundamental. É do novo que se faz o presente: não há por que esperar, os nossos sonhos precisam ser vividos agora. Amanhã eles serão outros. Queremos viver hoje a nossa utopia: paraíso agora!

Isso não implica a criação de ilhas de prazer, refúgios sociais, muitas vezes válidos, mas sem capacidade transformadora, revolucionária. Implica, sim, inovar, modificar nossa rede de relações sociais no sentido de exercer nossa liberdade. As contradições geradas com a sociedade onde vivemos serão inevitáveis. Temos de aprender a fazer destas contradições uma fonte de energia para enfrentarmos os desafios postos por estas microexperiências inovadoras, passos necessários para macroexperiências revolucionárias.

Derrubemos de uma vez por todas o mito do paraíso futuro.

Não vamos deixar de viver o hoje esperando o amanhã. E viver o hoje na sua plenitude, isto é, no pleno gozo da liberdade, faz da vida uma atividade política criadora (no amplo sentido dado por nós) apaixonante. A vida e a política são dados do presente, não são do passado, nem do futuro. São fatos do cotidiano.

A idéia de utopias distantes, paraíso amanhã, tem um conteúdo bastante autoritário, paternalista. É como falamos às crianças: se ficar bonzinho agora, depois vai ao cinema. Ou, como em qualquer pedagogia autoritária, pede-se a cada um de nós: se você obedecer, se se deixar reprimir, se servir bem, mais tarde você terá suas recompensas (dinheiro, propriedade, poder). A religião faz a mesma coisa. Se nos sacrificarmos, nos martirizarmos, seremos santos e receberemos como graça o reino dos céus.

Em muitas concepções políticas também encontramos essas idéias: hoje precisamos de sacrifícios e reeducação, uma ditadura nos ajudará. A compensação, o paraíso, será amanhã, quando estivermos preparados, reeducados.

A sociedade nos atribui, e assumimos, uma série de papéis nos quais podemos nos comportar de diferentes maneiras. Nestes papéis somos livres para exercitar nossa liberdade e, portanto, criar um modo diferente de viver, ou para seguir os padrões que a sociedade impõe. Só temos estes dois caminhos, já que não podemos fugir dos papéis. Somos pais ou filhos, votamos, aprendemos ou ensinamos, somos amantes etc. queiramos ou não. A nossa escolha se coloca entre seguir as ordens da sociedade, e portanto sermos cúmplices dela, ou fazer tudo de modo a atender às necessidades de realização de nossa liberdade e assim concretizar agora nossos sonhos, nossas utopias.

Não há dilema existencial para os que vivem o aqui e o

agora. A tendência a nos evadirmos do espaço e tempo em que estamos inseridos é enorme. Recusamos o que temos, o que somos e onde estamos sem criar algo novo, sem a aventura de novos caminhos a não ser em fantasias. Somos deste mundo, deste lugar, mas acabamos morando em um castelo imaginário — que nem nos é prazeroso — construído pelas nossas frustrações e pela incapacidade de mudar a rota de nossas vidas. O que fazemos (os papéis não nos gratificam) não responde à nossa espontaneidade.

A saída é vivermos o presente através das coisas que nos dão prazer. Mas temos medo, os riscos são grandes e nossa incompetência para a aventura nos paralisa. Entre o risco no prazer e a certeza no sofrer, acabamos sendo socialmente empurrados para a última opção.

A partir do momento em que arrebentamos a casca social e nossa espontaneidade renasce nos levando a superar as dificuldades, os obstáculos, começamos a ficar próximos de viver o aqui e o agora.

Aliás, se nos perguntassem qual é a opção política básica que uma pessoa deve fazer, não teríamos dúvida em afirmar: viver o aqui e o agora. Evidentemente viver de uma maneira crítica, criativa, assumindo as limitações, mas mergulhando na aventura criativa da superação, da transformação do que é socialmente dado como obstáculo à nossa espontaneidade, à nossa liberdade e à dos outros.

Assim acabamos por resgatar nossa própria individualidade e originalidade. E quando pudermos ser nós mesmos, tudo que sai de nós será de extraordinário valor para a sociedade. Poderíamos dizer: só é possível assumir a sociedade no sentido de sua transformação se assumirmos a nossa individualidade. É por aí, pelos caminhos da originalidade, que correrá nossa força

transformadora.

Começamos procurando um novo conceito de política e liberdade e chegamos a um novo conceito de revolução.

A revolução para nós se transformou em alguma coisa que acontece o dia inteiro e começa agora. Deve ser uma revolução total. A partir do momento em que assumo o desejo de transformar a sociedade, ela já começa. Fazer a revolução e construir a sociedade dos nossos sonhos, realizar nossas utopias, são dois processos simultâneos. Não é como convencionalmente pensávamos: primeiro fazemos a revolução, depois transformamos a sociedade.

Fazer esta revolução total é transformar radicalmente todas as relações, todos os papéis sociais que desempenhamos. Não se trata de uma estratégia meramente individual. Começa no individual e prossegue no coletivo, enraizando socialmente o processo revolucionário. A sociedade se transforma, isto é, revolucionam-se as relações sociais a partir da destruição do seu conteúdo autoritário. Não é fundamental a tomada do poder, mas sim a sua destruição, em todas as suas características autoritárias.

A utopia não se realiza quando tomamos o palácio do governo, mas já existe na primeira batalha. Ali, quando nos liberamos e nos libertamos das amarras sociais dentro de uma estratégia coletiva de transformação social, ganhamos a primeira grande batalha.

Vale sublinhar: a visão clássica do assalto ao poder significa tomá-lo e não destruí-lo, e por isso envolve uma estratégia diferente da que propomos. Não queremos tomar o poder, mas assumir com prazer a sua destruição.

As contradições vão existir sempre. Os conflitos de interesses

e as diferentes visões serão permanentes. Porque quando nos dispomos a institucionalizar o pleno exercício da liberdade de cada um, estamos supondo permanentes visões em choque, em conflito. Mas eles logo desaparecem em dinâmicas de grupo, nas quais são vencidas as oposições de natureza autoritária e chega-se ao consenso, tendo-se como objetivo o bem geral. Não existe para nós verdades únicas e imutáveis. Elas são sempre circunstanciais, se avaliadas democraticamente no cotidiano.

Assim como algumas concepções libertárias clássicas, estas reflexões podem ser rotuladas de bonitas mas política e socialmente inviáveis por aqueles que acham a autoridade, o partido, o estado, o poder enfim, o mestre da transformação social.

O anarquismo (socialismo libertário) é o nosso paradigma político. O fundamental é que nós anarquistas encontramos alguns princípios, fundamentalmente o antiautoritarismo, sem os quais não há consciência crítica revolucionária.

Sem a influência do pensamento anarquista, bem como sem o que fomos buscar na fonte do anarquismo, não chegaríamos às descobertas filosóficas e políticas que nos levaram a criar a ideologia e a ação revolucionária, hoje conhecida como anarquismo somático.

A grande paixão de se fazer política é justamente a criatividade que ela envolve. Qualquer tipo de ortodoxia impede o exercício da liberdade, aplica-lhe uma camisa-de-força. A paixão de viver é justamente trazer as utopias para o presente e recriá-las permanentemente, transformando o futuro em algo incerto e por isso mesmo fascinante.

É maravilhoso recriar continuamente nossas utopias, a partir do momento em que elas se realizam. Vivemos em permanente exercício da crítica, manifestação suprema da

liberdade. A construção de uma nova sociedade é tão prazerosa como viver nessa que estamos construindo, pois viver numa sociedade na perspectiva libertária significa recriá-la permanentemente.

É extremamente chato, entediante, acreditar que a história já está contada, os caminhos já estão prontos, basta segui-los. É muito melhor contar a história que estamos fazendo. E ela será sempre nova. — *“Caminante, no hay camino, se hace camino al andar”* (Antonio Machado).

Estamos fazendo um capítulo sobre como seria possível conciliar a busca da liberdade individual com a conquista da liberdade coletiva. Não tivemos a preocupação de conceituar a liberdade, de enquadrá-la em nenhuma teoria. Apenas demos toques no sentido de mostrar a necessidade da liberdade, para que possamos desenvolver nossa auto-regulação. Novas teorias sobre a liberdade são desnecessárias. Fundamentalmente, queremos viver a liberdade. Existem caminhos diversos, e estamos procurando aqueles que possibilitam a expressão da nossa originalidade própria. Este livro é um produto dessa busca. O grande perigo é o de ficarmos falando de cátedra, quando apenas começamos a engatinhar na descoberta do que tem sido e pode ser a nossa própria libertação.

É que somos apaixonados, não de nascença, mas por opção. O que nos move é a emoção gratificante e a vontade incoercível de comungar descobertas que nos fazem sentir mais livres, mesmo provisoriamente, no momento da criação literária como uma das nossas formas de ação política.

É preciso reforçar ainda a necessidade de descobrir e experimentar um processo político, um modo de ação revolucionária permanente que possibilite o encontro da libertação

individual com a libertação coletiva, em busca não do poder na sociedade, mas da destruição de todas as formas de autoritarismo na organização social. O que estamos propondo como política revolucionária do cotidiano preencheria essa finalidade. Por exemplo: a criação de uma nova família, novos tipos de acasalamento amoroso, a autogestão na organização do trabalho para que ele se baseie não na exploração e alienação, mas no prazer e na criatividade.

Estas reflexões em torno de uma política do corpo e do cotidiano para o homem contemporâneo nasceram diretamente do conceito de unicidade nas manifestações de vida no ser humano.

É necessário elucidar alguns conceitos de Política e Psicologia que, dentro do princípio da unicidade, são duas ciências gêmeas e univitelinas, ambas freqüentemente usadas a serviço da organização, exercício e manutenção do poder.

Vale a pena mencionar também que a sociedade burguesa incorporou um conceito de liberdade com sérias limitações. A conquista da liberdade na sociedade burguesa, principalmente as mais avançadas, tem sido a conquista da liberdade política. O que é fundamental, sem dúvida; entretanto, estas conquistas não levam necessariamente à liberdade social. Ou, em outras palavras, a democracia política não garante a democracia social.

Não somos ingênuos. A sociedade inglesa, por exemplo, é hoje muito mais igualitária do que foi no passado. Mas a própria sociedade impõe limites à liberdade: ela começa na porta de saída da nossa casa e termina na entrada da fábrica.

A liberdade política, para ser sinônimo de liberdade social, tem de ser vivida na família, na fábrica, nas ruas, enfim em todo o universo da vida. Não é só liberdade de voto, de participação em canais preestabelecidos. Ela não se contenta com os parâmetros

sociais impostos a ela.

A liberdade política depende, pois, da liberdade social. E vice-versa. Mas, aqui, não cabe a indagação do que vem antes, o ovo ou a galinha; têm de vir juntos, ovo e galinha! Acontece que o nosso ovo é galado, quer dizer, a liberdade coletiva está dentro da liberdade individual, na forma de semente ou embrião.

Cada um de nós é um ser original e único. Nunca houve e nem haverá jamais um ser igual a outro. Esta é uma conclusão não só genética, biológica, indubitável. Entretanto, na maior parte de uma pessoa, ela é semelhante a todos os seres que existem, existiram e vão existir no mundo.

Mas o que importa é a *diferença* que resta: o original e único em cada um. A sociedade tradicionalista conservadora e burguesa-capitalista e a socialista-burocrática procuram e querem da pessoa a sua semelhança com as outras. Porque isso a torna mais fácil de ser controlada. E renegam, condenam, excluem, caçam e destroem a *diferença*. Acontece que, na verdade, cada um é mesmo a *diferença*: somos essencialmente o que faz nossa originalidade biológica e humana.

Então, ser livre é poder viver ampla e irrestritamente as próprias originalidades únicas, as nossas diferenças. Como? Fundamentalmente, no jeito de amar e de criar. E é exatamente sobre o jeito de amar e de criar de cada um que se exerce a repressão autoritária, o controle social, a favor das *semelhanças* e pela massificação da média (sinônimo ao mesmo tempo de ninguém e de todos).

Enfim, a liberdade consiste em não se submeter aos obstáculos, à auto-regulação espontânea. Consiste em superar a tudo e todos que, unidos e fortes, procuram impedir o exercício das potencialidades espontaneamente revolucionárias em todas as

pessoas.

Ser livre, enfim, muito simplesmente, é ser revolucionário. Mas um revolucionário alegre. Porque a alegria é a recompensa emocional no exercício da auto-regulação espontânea. É algo que se vive circunstancialmente, enquanto lutamos e temos esperança. Como o amor, por exemplo, que é o maior bem da vida, mas não nos garante a felicidade e a paz, enquanto a liberdade não for o seu maior prazer.

Amor em liberdade, liberdade amorosa: utopia e paixão.

2

Fazer omeletes sem quebrar os ovos

É muito limitado e restrito o universo considerado político na sociedade burguesa. Ele tem a ver, fundamentalmente, com o Estado, com os partidos políticos e com as organizações do tipo sindical ou de base. São estas, na verdade, as consideradas instituições políticas. Então, quando as pessoas falam que estão fazendo política, geralmente estão se referindo a atividades desenvolvidas nessas instituições.

O interessante é que esse tipo de visão, própria tanto da esquerda quanto da direita, disfarça o modo como realmente a sociedade se organiza, isto é, como uma rede de relações de poder autoritário que se espalha não só pelas chamadas instituições políticas mas por todas as relações sociais.

Então, as relações de poder, em outras palavras, as relações de dominação, são as que tecem a sociedade. E este fio, que faz e refaz a sociedade burguesa, precisa passar, para bem alinhavá-la, não só pelo Estado, partidos e sindicatos, mas também pela família, escola, relações amorosas etc.

Deste modo, as pessoas fazem política o tempo todo, em casa, na família, no trabalho, na escola, no lazer. E não só quando votam, ou quando participam da reunião sindical ou de associação de bairro, como nos querem impingir as visões tradicionais.

Essa tentativa de fazer da política um instrumento específico de ação tem amparo ideológico, é uma forma de esconder a atuação política em campos de ação aparentemente isentos. E a forma também — e aí está a sua participação ideológica característica — de agir conforme as necessidades da sociedade burguesa, que faz tudo para “despolitizar” a maioria das relações sociais e assim manter um véu sobre o seu conteúdo de dominação.

É o caso das chamadas atividades privadas, em oposição às atividades públicas. Tudo se faz para que aquelas não sejam entendidas como políticas, embora envolvam relações de poder. Uma estratégia ideológica poderosíssima agindo como cortina a impedir o seu questionamento. Um exemplo fundamental é a família, instância maior do privado. Ela é, na sua forma autoritária de organização, tão importante para a manutenção da sociedade burguesa quanto as relações econômicas especificamente capitalistas. Até mais, pois as relações econômicas têm sido mais permeáveis a mudanças do que a estrutura da família.

Interessante também é esta outra face da ideologia da despolitização: os que se dizem apolíticos, isto é, não se envolvem em atividades políticas convencionais e ingenuamente caem no conto da ideologia da despolitização. Não é difícil imaginar como os apolíticos são uma necessidade política da sociedade.

O homem ainda não conseguiu criar nenhuma forma de

organização social, de administração da vida social, sem mecanismos de poder, isto é, sem uma forte dose de autoritarismo. Talvez se encontrem exceções em algumas sociedades primitivas, mas a partir de um certo processo civilizatório não encontraremos nenhuma, seja em sociedades articuladas a sistemas econômicos capitalistas ou socialistas.

A caracterização da política estritamente como atividade profissional ligada à organização administrativa do Estado é muito importante, mas dificulta a compreensão da sociedade como uma sociedade política de fato em todos os seus níveis, em todas as suas dimensões. A manifestação do Estado e do Partido pelas esquerdas, como o *locus* ideal da política e, principalmente, a visão de seu papel central no processo de transformação social, trouxe consequências sérias. Ao mesmo tempo que abraçava-se o estatismo como alternativa de transformação, acreditando naquilo já sabiamente denominado como “socialismo dos tolos” virava-se as costas à sociedade, à sua compreensão e à sua capacidade autônoma de transformação (falaremos sobre isto posteriormente). Virou-se também as costas à própria compreensão da pessoa humana na sua individualidade e identidade.

Não é possível compreender os mecanismos psicológicos de uma pessoa sem considerar os mecanismos de poder político a que está submetida. Essa pessoa, para exercer sua espontaneidade, sua originalidade, terá de lutar e destruir as diferentes relações de poder autoritário das quais participa. Aí recebe uma imediata oposição do meio social. Então é obrigada a criar estratégias e táticas para fazer valer a sua originalidade. Assim, irá “administrar politicamente” a sua energia vital; a pessoa mais sadia é a que melhor administra suas energias.

Nesta visão de política ninguém deixa de ser um agente

político, querendo ou não. A pessoa pode se omitir da chamada atividade política convencional, não querendo trabalhar em um sindicato ou em um partido. Mas não pode deixar de se relacionar com os amigos, filhos, marido ou mulher, assim como não pode deixar de trabalhar. E então estará fazendo política, mesmo inconscientemente.

Para os administradores do poder autoritário, quanto menos indivíduos conscientes de que fazem política em todas as dimensões da sua vida, mais fácil será a sua manipulação.

Ter consciência da dimensão política de todas as nossas relações sociais é importante porque nos coloca cotidianamente diante de relações de poder, de dominação. E então temos de optar: ou as superamos e vamos ao encontro da liberdade ou as mantemos conservando o autoritarismo e abrindo mão da liberdade. Viver em sociedade, pois, é uma questão política.

As esquerdas têm a compreensão das relações prioritárias, isto é, as econômicas (ou de produção), determinantes de todas as outras. Assim, para transformar todas as relações sociais seria necessário antes transformar a economia.

No entanto, a maior parte das esquerdas atreladas a este dogma das “relações prioritárias” foi incapaz de desenvolver uma política de contestação da sociedade burguesa no seu todo. A política do cotidiano, como a entendemos, parte da compreensão da sociedade burguesa como uma rede de relações de poder ou políticas. Fazemos política a todo momento, o dia inteiro, sempre que nos colocamos diante das relações de poder.

A política do cotidiano seria a política da busca simultânea da liberdade e da liberação, isto é, buscar a liberdade encontrando-se com o prazer.

Recobrar as energias, fazer com que elas fluam pelo corpo,

exige superação de bloqueios. Estes bloqueios são a corporificação de repressões externas interiorizadas. Para superá-los, então, temos de transformar nossa convivência e convivência com as relações de poder ou repressão nas quais estamos inseridos.

Para poder exprimir livremente, espontaneamente, a nossa originalidade, nosso potencial de vida, vamos precisar de nossos corpos totalmente livres, disponíveis, desbloqueados.

Ninguém garante sua espontaneidade corporal se ao mesmo tempo não garantir a sua espontaneidade social. Por que aqueles que querem transformar a sociedade burguesa não conseguem compreender a natureza dessa mesma sociedade? Porque querem fazer omeletes sem quebrar os ovos, isto é, querem transformar a sociedade burguesa sem se transformarem.

A miopia da grande maioria dos que querem transformar a sociedade reside numa contradição fundamental: querem transformar a sociedade burguesa a partir de táticas, estratégias e valores da própria sociedade burguesa.

Não conseguem superar o autoritarismo inerente à sociedade burguesa e o incorporam às suas concepções de vida, de partido, de revolução, de ditadura do proletariado etc.

A raiz de tudo isto está numa concepção ideológica parente próxima da visão religiosa do pecado original. Ou seja, as pessoas são propensas ao mal, ou à vida burguesa, ou a meras reivindicações econômicas. Então, necessitam de um grupo de iluminados, uma vanguarda, para conduzir estas pessoas ao paraíso, a uma vida não-burguesa.

Esta concepção de iluminados organizados em torno de um partido de vanguarda que dará o sentido correto à política, que tutelará as pessoas, é uma concepção pastoral da política — o partido de vanguarda, no caso, é o pastor a cuidar do rebanho e a

impedir as ovelhas negras. Trata-se de uma visão extremamente deformada pelo autoritarismo, nela contido, ainda que disfarçado sob a capa do paternalismo.

Há, num nível mais profundo, uma visão equivocada do próprio homem, na verdade uma visão mais para Freud do que para Rousseau e Reich. É como se, diante de uma planta, diante da vida, nós não confiássemos nos potenciais das sementes e achássemos que a natureza tem defeitos inerentes a ela e que se não “cuidarmos”, a vida se desorganiza, se destrói. E, por cuidar das pessoas, entenda-se reprimi-las, conduzi-las, escravizá-las, e sempre com a justificativa moral ou científica de que é necessário exorcizá-las do *pecado original* (catolicismo) ou do *instinto de morte* (freudismo) ou da mera propensão a reivindicações de caráter econômico (leninismo).

A luta pela Ecologia, no sentido de possibilitar que as pessoas não tenham limites ao seu crescimento natural, à sua capacidade de auto-regulação, inclui a luta pelo verde, mas é muito mais ampla do que isto. A questão ecológica não é só resguardar o espaço físico necessário à sobrevivência humana. É também a recriação do espaço cultural e social necessários a esta sobrevivência sem limites. O socialismo sustentado por uma política do cotidiano é, sobretudo, uma necessidade ecológica.

3

Amor de jardineiro, não de botânico

Também a pedagogia, isto é, os mecanismos pelos quais se desenvolve a formação de uma pessoa, deve ser repensada. O ato de ensinar exerce freqüentemente o autoritarismo, impõe a vontade de uma pessoa sobre a outra. Se por um lado transmitimos uma informação histórica acumulada quando ensinamos a alguém, ao mesmo tempo restringimos sua espontaneidade. Contraditoriamente, o ato de ensinar é, simultaneamente, enriquecedor e repressor.

Aprender deve significar fundamentalmente desaprender certas coisas, ou seja, nos livrarmos daquilo que nos ensinaram a fazer e a pensar em detrimento da expressão livre da espontaneidade. Para conhecer o mundo e a reserva cultural acumulada pela experiência da humanidade, não há necessidade de nos desconhecer e de impedir a expressão de nossa originalidade.

É na primeira infância que a pedagogia autoritária se instala e obtém os “melhores” resultados. Tudo o que se faz depois, com pedagogias revolucionárias e psicoterapias libertárias —

restituindo às pessoas a sua própria individualidade — é principalmente tentar tirar essa rolha reacionária imposta com violência amorosa às crianças.

Quando falamos de primeira infância, falamos do nascimento até aos seis, sete anos, justamente a chamada fase pré-escolar. É nessa fase que se consegue atingir com maior sucesso a sensibilidade vulnerável da criança através do amor e do medo. Depois, o resto do trabalho repressor é apenas complementar. É claro que algumas crianças não se submetem, mas a grande maioria é vítima desta pedagogia autoritária que instala a âncora da sociedade dentro dela. Isto é tão importante para a sociedade que é feito num laboratório fechado (a família) com pessoas treinadas e autorizadas para isso (os pais).

A sociedade, que já trabalhou sobre os pais, se recolhe, esconde as armas e deixa as crianças em casa, num ninho de amor, para então aprisioná-las socialmente através de sutis e travestidos processos autoritários de repressão de suas originalidades.

O homem é um ser mamífero e então há necessidade de que o filho fique algum tempo junto da mãe. Só que, na sociedade humana, é a mãe quem mantém o filho mais tempo do que o necessário junto dela. Não existe nenhum animal que alongue tanto a condição mamífera. A justificativa é sermos seres sociais e, portanto, após a lactação, necessitarmos de uma fase de aprendizado devido à complexidade da sociedade humana, infinitamente superior ao de outras sociedades animais. Às vezes, esta fase mamífera torna-se eterna, as pessoas nunca saem, realmente, de casa. Foi tamanha a habilidade e a violência da influência familiar que elas ficam lactentes a vida toda. As pessoas passam, então, a depender, evidentemente, não mais do leite

materno, mas do alimento da segurança, do aconchego e do autoritarismo familiar.

Como se instala a âncora? Através do amor. Ele veicula tudo o que queremos. Quando entramos em choque com a originalidade, com a espontaneidade da criança, ela reage com bastante violência. Mas é acalmada através de chantagens. E instala-se a dupla linguagem, na qual uma mensagem nega a outra, e vamos comandando o sentimento da criança (punição, gratificação, reforço), destruindo sua agressividade, acomodando-a num processo muito semelhante à domesticação animal (açúcar e chicote), mas com uma diferença extrema: tudo é feito com intenção “absolutamente amorosa”, “só para o seu *bem*”.

A mãe e o pai alternam o papel repressor. Às vezes coloca-se o pai como a figura que fará o papel do Estado: lá vem o chinelo, o cinto, a surra, mas não é este o castigo que mais dói. O que mais dói é “se você não fizer o que eu quero, perde o nosso amor”. A ameaça de perder o útero externo (a família) é que realmente apavora. E a criança se desorganiza psicologicamente quando domada, enfraquecida. Se faz o que os pais (Estado) querem, acaba por perder o respeito de si mesma.

Se os enfrenta e faz o que quer, vai sofrer profundo sentimento de culpa e a vitória lhe é muito amarga, tal qual uma derrota.

A pedagogia que vem depois, na fase escolar, a pedagogia oficial, é padronizada. Trata-se de um complemento da doméstica. Mas queremos sublinhar: é um ato revolucionário da maior importância para a libertação do homem reduzir o período de dependência da criança à família. Para isto é preciso modificar a estrutura tradicional da família burguesa. Não haverá revolução social de fato se isto não ocorrer.

Começam a se generalizar as escolas encarregadas do período pré-escolar. Surgem, algumas por razões ideológicas, muitas por razões comerciais, em função das necessidades das mães que trabalham ou exercem qualquer outra atividade social. As mulheres querem lutar pela emancipação, precisam trabalhar, buscam ter o seu próprio dinheiro para serem independentes em relação aos maridos; necessitam, então, de um lugar onde deixar as crianças.

Começam agora a surgir as cooperativas de recreação pré-escolar. São um bom exemplo da política revolucionária do cotidiano. São fundadas por pais que vêem a liberação da mulher como necessidade revolucionária. Nestas experiências, as mulheres querem se libertar para não ficarem iguais aos homens, principalmente no que de pior a sociedade incute nestes — o autoritarismo. Querem se libertar para encontrar sua originalidade, sua identidade e os direitos sociais necessários para a conquista da autonomia. E não querem, também, como alguns homens que se dizem revolucionários, ser liberadas fora de casa e continuar repressoras dentro, com as crianças principalmente. Não querem cumprir este papel e vêem a importância das crianças conviverem entre elas, descobrindo por si mesmas a convivência social, e ficando livres, durante esse período, da repressão doméstica.

Numa dessas cooperativas que melhor conhecemos, porque filhos de amigos nossos a freqüentam, tudo é jogo aberto entre pais e pedagogos. As mães e os pais têm as mesmas responsabilidades políticas, psicológicas, financeiras e administrativas que os pedagogos, sociólogos, psicólogos e atendentes da escola. Só não têm, diretamente, nesse período, nenhum papel pedagógico, a não ser no início, quando ficam

disponíveis o tempo necessário para a adaptação dos filhos à escola.

As sociólogas e psicólogas desse centro de recreação são todas de formação reichiana. Realmente conscientes do conteúdo revolucionário do projeto, basearam suas pesquisas no trabalho que Vera Schmidt realizou na Rússia dos primeiros anos da revolução bolchevique, relatado por Wilhelm Reich. Tal trabalho, como se sabe, foi logo abolido e proibido na União Soviética.

O fundamental (não, autoritário) a se ensinar para uma criança é o desenvolvimento de sua espontaneidade naturalmente livre, e do seu espírito crítico, também naturalmente agudo. Assim ela poderá ir depois para qualquer escola, poderá ver televisão o quanto agüentar, viver qualquer experiência, pois saberá perfeitamente eleger o que é bom para si, sem sofrer repressões e ameaças para isso. Nenhuma criança é, potencialmente, suicida, assassina ou marginal.

A implantação de uma pedagogia libertadora implica então uma mudança radical da estrutura familiar, mudança esta que passa pelas duas fases da libertação da mulher: a não subordinação ao autoritarismo paterno e ao do marido; e a manutenção de uma relação não autoritária, não chantagista, não paternalista, com a criança.

E uma pedagogia libertadora depende também de uma mudança no comportamento do pai. Quanto mais o homem se liberta do machismo, mais as suas funções familiares se tornam parecidas com as maternas, pela necessidade de uma proximidade afetiva não machista com o filho. O perigo é a “afetividade excedente” ser um instrumento de controle, de repressão, de sufocamento da criança. Não sendo assim, mas algo extremamente livre, recreativo, prazeroso, vai ser bom para todo

mundo, criança, homem e mulher. E, sobretudo, para a nova sociedade.

Isso implica uma dupla providência: é importante, sem dúvida, que a criança tenha condições de desenvolver a espontaneidade, criatividade e espírito crítico durante a primeira infância. Ao mesmo tempo, os pais não podem obstruir isso como geralmente fazem. Então, se queremos “explodir” a estrutura familiar, também temos de tornar os pais acessíveis a uma pedagogia libertadora, profilática, em relação ao autoritarismo.

Seria maravilhosamente revolucionário os casais compreenderem isso desenvolvendo novas experiências de relações familiares, não só superando a opressora divisão social do trabalho dentro da família, mas principalmente derrubando os fundamentos de posse e propriedade que comandam as relações familiares.

Em síntese, parece fundamental combinar os dois tipos de intervenção necessários à transformação familiar. Desenvolver uma pedagogia na primeira infância que dotasse a criança de mecanismos que a ajudassem a resistir ao autoritarismo, incentivando, por outro lado, a sua criatividade, a sua autonomia. E, ao mesmo tempo, intervir no sentido de modificar as relações ocultas de poder que operam na família, transformando os papéis convencionais de filhos e pais no sentido de limpar qualquer conteúdo de subserviência e repressão.

A “implosão” da estrutura familiar provocada por essas intervenções teria uma importância política fantástica, jogando por terra um dos pilares da sociedade burguesa: o autoritarismo familiar. Daí a importância, decisiva mesmo, das experiências que se fazem hoje, inclusive no Brasil, de vida e convivência libertária em comunidades substituindo a família burguesa tradicional.

O feminismo assumirá uma dimensão muito mais revolucionária se for além da questão da mulher para chegar ao seu verdadeiro lugar central: a família. Está aí o germe, a fonte do autoritarismo do qual a mulher é ao mesmo tempo vítima e agente. O fundamental é diluir as relações de poder, e não, simplesmente, substituir os sinais destas relações entre os homens e as mulheres.

A profilaxia antiautoritária que mencionamos para os adultos não significa principalmente aconselhá-los a freqüentar os consultórios de terapias libertadoras. A sociedade com que sonhamos dispensará ao máximo esse tipo de terapia. O importante é pensarmos em atividades de efeitos benéficos para os grandes conjuntos sociais. A escola, mesmo atendendo à regra institucional, pode exercer papel básico. Afinal de contas, as fronteiras entre o pedagógico e o terapêutico profilático são muito tênues. Sabemos que não é fácil conseguir transformar a instituição *escola*. A repressão instituída fareja bem essas “transgressões”, pois a escola, mesmo particular, é controlada pelo Estado. Mas a proposta de uma política revolucionária do cotidiano inclui a necessidade dessa coragem e desse risco para pais e educadores, que podem criar escolas co-operativas como a pré-escolar que citamos. Daí a sua natureza fundamentalmente política.

A atividade política, dentro da concepção de política que esboçamos, é uma atividade pedagógica por excelência. Nada é mais pedagógico, no sentido de desenvolver a autonomia e a criatividade das pessoas, do que a geração de relações não autoritárias. O processo em si traz o aprendizado mais fundamental: o da liberdade. E, ao mesmo tempo, nada é tão contagiante como o gosto pela liberdade.

Como é possível ensinar sem ser autoritário? Como é possível romper a relação de dominação na transmissão de conhecimento? A situação de posse do conhecimento já dá uma posição de superioridade, de poder. É uma posição de autoridade, queiramos ou não. Através do brilhantismo, da empatia, usamos a chantagem para conseguir submeter as pessoas ao nosso saber.

Para romper isto, o fundamental é convencer os que são objeto do nosso poder da sua capacidade de atingir o conhecimento de maneira crítica, metabolizando-o, eliminando o que não precisa e retendo apenas o necessário. Seremos então — como professores, terapeutas etc. — meros fornecedores de alimentos.

Isto significa que o mais importante é ensinar às crianças como estudar. Ajudar as pessoas a desenvolver sua capacidade crítica e torná-las aptas a saber o que fazer com o conhecimento e não engoli-lo de qualquer maneira. A capacidade de ensinar o que as pessoas precisam aprender para sobreviver, e oferecer a elas os meios de satisfazerem suas necessidades; ensinar o caminho para que, autonomamente, busquem a satisfação dessas necessidades — é isso o que entendemos como as bases de uma pedagogia não autoritária. Dizia um padre amigo nosso que o papel do pai e do pedagogo, comparando crianças e plantas, parece mais com o do jardineiro que, com o do botânico.

Há um bom exemplo vindo de Paris: anos atrás, um de nós estava passeando de bicicleta e, de repente, deparou com um casal se amando no bosque. Várias pessoas assistiam à cena, escondidos atrás das árvores. Logo em seguida, surgiram guardas caminhando em direção ao casal amante. Com sua experiência de Brasil, de repressão ao amor, ficou temendo pelas cenas de violência que presenciaria. Surpresa: os guardas trataram de

retirar do local justamente os que estavam assistindo e perturbando o casal. Por incrível que pareça, os policiais apareceram para evitar a repressão e não para reprimir.

Este deve ser o papel das pessoas em qualquer função educacional ou pedagógica.

Agora, sem que estejamos liberados, fica difícil compreender o significado da repressão. Só conseguimos respeitar a liberdade dos outros se somos liberados. Não se trata de um círculo vicioso, mas de um jogo social repressor/reprimido. Ele tem de ser superado nas suas pontas, ou seja, não podemos ser nem repressores, nem reprimidos. Mas se formos uma coisa, fatalmente seremos a outra. A única forma de escapar é não entrar no jogo.

Esse é um grande problema para nós que vivemos dentro de um contexto social repressivo: temos de desempenhar uma atividade libertadora nos liberando ao mesmo tempo. A contradição com o ambiente social, em vez de ser imobilizante, deve ser transformada numa profunda fonte energética. Temos de aprender a beber nestas contradições. E não é beber no sofrimento, é beber no prazer de estar realizando as nossas utopias, os nossos sonhos, em uma sociedade adversa. Prazer maior é sentir que tudo isto, além de nos permitir viver, ajuda a destruir os pilares desta sociedade autoritária.

Quem não sentiu o gosto da liberdade não sabe o que é ser livre e não vai poder propiciar liberdade.

4

Os cegos do pescoço para cima e os sábios da cintura para baixo

A busca do conhecimento é um impulso natural e espontâneo. Mas, dependendo de quem o transmite e de que circunstâncias cercam quem o recebe, pode ser assimilado e desenvolvido de forma bastante autoritária.

Na forma convencional, há duas limitações fundamentais: a primeira vem diretamente do racionalismo — o conhecimento é do pescoço para cima. A segunda trata de fazer com que fatos e pessoas adaptem-se às teorias gerais aceitas e acabadas. Para isso, esvaziam-se ou deformam-se os fatos, simplifica-se ou massifica-se a realidade humana. Assim, adquire-se conhecimento não pelo exercício da crítica, mas pela submissão. Nele está bloqueada a criatividade e favorecida a imitação. Esse mecanismo de aprender e apreender, numa perspectiva social e da maneira como é manipulado, funciona como poderoso instrumento de controle. Com o tempo, as pessoas perdem a espontaneidade no pensar e tornam-se incapazes de reconhecer isso.

Quando nos referíamos ao conhecimento “do pescoço para

cima”, queríamos literalmente dizer que nós (os autores deste livro) aprendemos a amar e a odiar as idéias, as teses e as teorias psicológicas ou sociológicas também com todos os nossos sentidos. Estamos com Alberto Caeiro:

Sou um guardador de rebanhos.

O rebanho é os meus pensamentos.

E os meus pensamentos são todos sensações.

Penso com os olhos e com os ouvidos

E com as mãos e os pés

E com o nariz e a boca.

Enfim, para conhecer o mundo e a vida, é preciso estar antenado, de prontidão, alerta, apaixonado. O que interessa é aprender a decodificar as mensagens naturais que percebemos dentro e fora de nós. Esse, o caminho da sabedoria. E só não são sábias as vítimas da repressão sensorial, sobretudo da cintura para baixo.

O exercício do conhecimento, a busca do saber, pois, para nós, é uma realidade eminentemente política. Porque, na verdade, não interessa apenas conhecer um fato pessoal ou um acontecimento social, importante igual e simultaneamente criticá-lo e transformá-lo. Além disso, a nossa teoria do conhecimento é uma teoria nascida da práxis.

Não queremos, com isso, dizer que praticamos um vôo cego, desprovido de qualquer racionalidade e baseado num empirismo exacerbado. Claro que necessitamos também de paradigmas como referência, mas acontece que eles próprios já incorporam em si as críticas a que são naturalmente sujeitos. Então, embora úteis, provisória e circunstancialmente, não nos levarão jamais à infalibilidade e às ortodoxias. Não queremos ter razão!

Ter razão, na forma coloquial a que nos referíamos, significa preferir a certeza à dúvida, o conformismo à perplexidade. As ortodoxias são reacionárias porque desprezam as transformações sociais, o crescimento pessoal e, sobretudo, porque se julgam capazes (como os deuses) de prever a forma, o conteúdo, a direção e o sentido dessas transformações.

Ortodoxismo e autoritarismo são parentes muito próximos: ambos desprezam a liberdade e a criatividade. Um mágico disse certa vez, no fim de um maravilhoso espetáculo circense, a respeito do seu *métier*: “Quem ama a mágica é um criador, quem acredita na mágica é um idiota”. E concluiu: “Não sou nenhum Deus, como muitos de vocês gostariam que eu fosse. Sou coisa muito melhor, coisa muito mais divertida, meus senhores e minhas senhoras, eu sou apenas um artista competente!”

Conhecer é descobrir por nós mesmos, no ato de viver e de se relacionar com o próprio corpo, a nossa identidade. Mas é também, ao mesmo tempo, ir além dos limites pessoais, conviver com a natureza social do homem: ser os outros, através da necessidade de comunicação, de relação, de integração e de associação, além da de reprodução. Quando amamos alguém, apesar de tudo o que essa pessoa representa para nós, ainda estamos presos à nossa identidade. A sensação mais pura e perfeita da existência do outro (além da evidência física) é quando alguém nos ama de verdade e nos certificamos disso, pasmos, gratos e deslumbrados.

Para conhecer o que cada homem tem de comum e de semelhante aos outros homens e, simultaneamente, conhecer o que cada homem tem de original e único em relação aos outros homens, pode-se imaginar uma equação aritmética: o comum em denominador e o original em numerador. Esta, a equação do

potencial revolucionário do homem. Tudo depende do valor e intensidade do que temos em numerador.

A criatividade é livre, pois, quando o homem usa o seu conhecimento em numerador, ou seja, de forma original e crítica. O que ele produz assim é absolutamente imprevisível até para si mesmo. Mas, certamente, sua obra satisfará carências gerais e exprimirá o necessário, porém inexprimível em todos os outros. De seu denominador — da “reserva cultural”, no dizer de J. L. Moreno, criador do Psicodrama — extrairá os meios não criativos, os de reserva, para a convivência e a solidariedade social. De qualquer modo, o autoritarismo visa, fundamentalmente, diminuir o valor e a intensidade do que a pessoa possui em numerador — a caça à espontaneidade e à originalidade — para mais facilmente poder exercer o seu controle sobre ela.

Mas, afinal, que perigo oferecem a espontaneidade, a originalidade e a criatividade? Lógico, o seu poder de crítica. Quem é espontâneo não sente medo dos outros e critica-os à vontade. Exercendo a sua originalidade, o indivíduo vai descobrir que há de falso, anacrônico, impróprio no comportamento das pessoas e nas instituições em que vive. Quando somos criativos, ao mesmo tempo estamos liberando nossa agressividade para transformar, melhorar, revolucionar comportamentos e instituições.

Amamos, com profunda admiração fraternal, intelectuais e artistas brasileiros que encarnam o saber contemporâneo e o transmitiram para nós com admirável espontaneidade, originalidade e criatividade. E não só se impuseram a todo autoritarismo reinante, como realizaram uma obra permanente, porque bela e verdadeira, e também lúdica, gostosa, popular, porque consciente e engajada em nossa realidade social e humana.

É interessante observar que, no longo período de brutal repressão no Brasil a partir de 1964, elegemos alguns desses artistas como nossos porta-vozes, porque, com genial criatividade e espontaneidade, exprimiram a sua originalidade que era naturalmente contestatória ao regime ditatorial. Entretanto, não falavam sempre, explicitamente, de política. Mas nós sabíamos decodificar suas mensagens cifradas.

Na obra desses artistas, a beleza caminha junto com a verdade, mas uma sendo o suporte e o veículo da outra. Verdade que não podia ser reprimida, porque tamanha era a beleza que a veiculava que isso se tornava impossível. Mas foi severa e constantemente censurada, mutilada.

Embora sempre contestatórios (porque originais, lógico), percebia-se que esses artistas não estavam dispostos a responder a uma cobrança, por parte de seus admiradores, de uma atividade política tipicamente convencional. Muitos deles sofreram acusações dos guardiães ortodoxos, por não quererem tirar das cartilhas convencionais as regras da contestação política.

Agora nos aproximamos muito do problema do mito. Às vezes, em lugar de criarmos e exprimirmos nossa originalidade, acabamos por delegar esse direito e liberdade a outros. Porque temos a espontaneidade bloqueada pelo medo. Assim, além de viver em função das expectativas alheias, passamos a viver da originalidade e da criatividade de um outro, enfim, sacrificamos a nossa para viver a liberdade de nossos eleitos. E estes podem ser pais, amigos, amantes ou pessoas que nem sequer conhecemos, porém admiramos e são nossos ídolos.*

* Roberto Freire tem um conto, “Gina, a Antropófaga”, no volume dois do seu livro *Histórias Curtas e Grossas*, que trata da idolatria da mulher brasileira a Roberto Carlos.

Através de mecanismos psicológicos de projeção e identificação, a pessoa que tem sua liberdade (originalidade, espontaneidade, criatividade) bloqueada por processos autoritários familiares e pedagógicos de natureza política, passa a viver como um parasita da liberdade da pessoa que mitifica.

Para que a pessoa acredite em um mito é preciso que haja nela a ausência de crítica e autocrítica. O que freqüentemente se observa na mitificação é a progressiva perda de identidade da pessoa e o aparecimento das danosas conseqüências emocionais e psicológicas para a sua personalidade.

Na sociedade de consumo e nos Estados autoritários, a criação de mitos artísticos, esportivos e políticos é uma forma importante de exercer controle sobre as massas.

Em resumo: a idolatria, a mitificação, são mistificações alienantes, visando abolir, diminuir e anestesiar a originalidade das pessoas, tornando-as menos críticas e mais indefesas em relação aos processos políticos de dominação autoritária. Os meios de comunicação de massa, a TV em particular, são programados como poderosos meios de controle social, estimulando não só a desinformação — o que é óbvio pelos noticiários — mas também produzindo alienação através do falso real, como o das novelas, por exemplo.

5

Das utopias cotidianas ao fascismo romântico

O ponto de vista de nossa atividade política básica é o ato de viver o aqui e o agora. Não conforme a sociedade burguesa, mas segundo nossos sonhos, trazendo para perto de nós as nossas utopias. Este ato de viver é indiscutivelmente um ato político básico, uma opção revolucionária.

Fazer política revolucionária é algo que se dá em todas as áreas da vida: no acasalamiento, no trabalho, na família etc. Fazer política libertária significa basicamente destruir o conteúdo autoritário incorporado em todas as relações sociais. Então, a vida será, na sua essência, uma vida de militância.

A grande questão é como articular a militância individual, ou seja, a busca da libertação, com a estratégia social de libertação coletiva. Integrar estes movimentos no nosso cotidiano é a grande chave para encontrarmos uma nova maneira de se fazer política.

As atividades convencionalmente consideradas como políticas — a partidária, aquelas a serviço do próprio Estado etc. — já foram bastante criticadas neste livro, o que, entretanto, não significa que não sejam importantes. Por exemplo, o trabalho

sindical e a organização de base são para nós da maior importância. O problema é que estas atividades muitas vezes estão poluídas pelo autoritarismo inerente ao Estado, Igreja, partidos ou organizações que delas participam de modo decisivo.

No fundo, e é um paradoxo incrível, as próprias esquerdas, em sua grande parte, trouxeram para dentro das organizações de representação popular a forma burguesa baseada no autoritarismo, centralismo e delegação de autoridade.

Para resgatar politicamente estes tipos de atividade, temos de aplicar um antídoto para a poluição: o antiautoritarismo, o estímulo à autonomia. Se conseguirmos isso, estas atividades serão fundamentalmente antiautoritárias, autogestionárias, prazerosas, criativas, perfeitamente compatíveis com a concepção de política aqui desenvolvida.

Temos de sublinhar a importância da atividade sindical: é fazer política no local de trabalho. E se conseguirmos fazê-la espalhando autogestão libertária em todas as relações, não cairemos nas armadilhas do centralismo democrático. Vale a pena também chamar a atenção para a questão dos partidos políticos. Eles não devem conduzir os movimentos sociais, mas serem conduzidos por estes. Nesta perspectiva os partidos devem ser totalmente repensados. A História tem sido reveladora: os partidos acabam presos às articulações políticas do Estado. Os partidos social-democratas e comunistas, nas democracias burguesas mais avançadas, confirmam esta tese. Para não falar da experiência política socialista, onde o Estado acabou por absorvê-los totalmente.

A autonomia em relação ao Estado e o respeito à autonomia dos movimentos sociais fariam dos partidos políticos meros canais de participação como parte das instituições políticas

convencionais.

Não deixamos de ver as dificuldades: como canal de representação política, os partidos acabam mais interpretando do que expressando os interesses sociais e fazendo valer normas autoritárias para aquelas interpretações prevalecerem. Ou seja, não basta repensar o seu papel, mas também o seu modo de organização. Já é tempo de jogar na lata de lixo da História as velhas teses do centralismo democrático, sempre, na prática, muito mais centralistas do que democráticas.

Aqueles que querem participar, transformar a sociedade, caminham sempre em direção aos partidos e ao Estado, como se fosse insuportável não materializar o impulso político na organização partidária com o objetivo de alcançar o Estado.

A esquerda (e a direita também) mistificam o Estado, e mesmo no período do mais ferrenho autoritarismo não deixou de existir um enorme fascínio, uma enorme vontade de conquista, como se ele fosse dotado de poderes mágicos, ou, em outras palavras, de uma racionalidade mágica, capaz de administrar as mudanças sociais em qualquer contexto. A experiência socialista foi suficiente para mostrar a natureza autoritária, em si, do Estado, independente do novo modo de produção no qual ele se inseria. É interessante notar que, para comandar os processos de mudança em direção ao “socialismo”, o Estado precisou ser totalitário, despolitizando a sociedade civil e fazendo dela seu mero objeto. E a resposta histórica está sendo impiedosa: rebeliões populares estão derrubando o edifício do socialismo stalinista como um castelo de cartas. São movimentos sociais vitoriosos, motivados pelo desejo de liberdade e de justiça social, bem como pela decepção dos povos desses países com a proposta autoritária de socialismo imposta pela dominação soviética.

Uma grande meta tem de ser o controle do Estado pela sociedade. O poderoso complexo das empresas e serviços estatais tem de passar constantemente pelo controle da sociedade para vencer a lógica autoritária inerente a ele, Estado.

Por que o fascínio pelo poder, pelo Estado? Nenhum fator biológico ou instinto de morte o explicaria. Mas há alguma coisa socialmente manipulável no homem, que cria a propensão ao autoritarismo.

A família é muito importante nisso. Ela treina, socializa o indivíduo para a aceitação incondicional do poder do Estado. Em princípio somos levados a concluir sobre a necessidade de uma autoridade paterna para o funcionamento da família, e a sociedade quase não dá margem para o questionamento desse autoritarismo. Através desta socialização para a submissão à autoridade acabamos aceitando o poder do Estado como necessário à organização social. No fundo, trata-se de criar nas pessoas, desde a primeira infância, uma predisposição para aceitar passivamente o poder. Ele se transforma num valor — a ideologia procura justificá-lo pela sua racionalidade — necessário porque organiza, hierarquiza, aumenta a eficiência. Aí a esquerda e a direita se encontram: ambas acabam acreditando na ordem imposta pelo Estado.

Existe a ordem necessária e a ordem autoritária. Se estamos, por exemplo, fazendo um livro, como um trabalho prazeroso, criativo, temos de ordenar o trabalho e seguir uma certa disciplina, não como algo imposto de fora para dentro, pelo contrário, ela brota de dentro para fora. O prazer de fazer nos leva a organizar o que fazemos.

A ordem ou disciplina do autoritarismo é para conter o prazer, para aceitar o comando e submeter-se à hierarquia. Essa

dicotomia entre o prazer e o dever, muito utilizada no plano místico e religioso, é nitidamente autoritária.

Freud tentou explicar o destino do homem através da sua propensão à destruição e autodestruição. Procurava uma justificativa para a impossibilidade de o homem ser feliz. Nós não acreditamos que o autoritarismo seja inerente ao homem ou que a sua natureza induza ao domínio sobre o outro. Pelo contrário, a natureza do homem é por uma vida associativa, gregária. E foi justamente nas suas formas associativas que ele foi descobrir os meios de controlar e explorar o meio ambiente. Sabemos que o homem já dispõe hoje de recursos para realizar a felicidade de cada um de nós. Isso só não acontece por motivos políticos — a tecnologia está aí disponível, ainda que possa ser utilizada tanto para o bem-estar quanto para a destruição.

O que Freud chamou de *instinto de morte* é algo que existe, evidentemente. Mas não é instinto e sim uma manifestação agressiva que surge em função das dificuldades de realização pessoal no meio social e dos defeitos da organização social. Se o homem for liberto, estiver liberto, ele vai funcionar bem, acionado pelo instinto de vida, o único realmente primário no homem.

No momento em que a pessoa se desbloqueia, começa a enxergar melhor o outro. À medida que pode exercer melhor a sua originalidade — produto essencial da espontaneidade — a pessoa tem necessidade de fazer coisas que facilitem a vida dos outros. Então, quando ela se libera, exerce cada vez mais plenamente sua necessidade de vida. E sua necessidade de vida é gregária, associativa, é aproximação e cooperação com o outro. Freud achava que, quando temos uma relação amorosa com uma pessoa, deixamos de nos interessar pelos outros. Sempre aquela visão pessimista. Na verdade, sentimos o contrário. Na medida em

que amamos uma pessoa, esse amor transcende a si próprio e estende-se, transborda. A necessidade de exclusividade na parceria é um problema de satisfação, de tornar mais plena essa satisfação, por motivos e opções pessoais. A superação dessa necessidade é uma questão social. Numa organização social onde a privacidade fosse completamente eliminada, já que ela é um hábito e não uma necessidade biológica, a exclusividade na parceria amorosa seria provavelmente algo incompreensível. Há coisas que vivemos coletivamente muito bem, outras não, dependendo da nossa educação, da nossa formação. Agora, insistimos, a necessidade de propriedade, de apropriação das coisas e das pessoas não é natural, mas social.

Assim, não concordamos em que se deixarmos as pessoas em liberdade elas produzirão caos, elas se destruirão, se autodestruirão. Seria reduzir o homem à condição de espontaneamente falido, como se na sua liberdade, no seu prazer, ele acabasse se tornando incontrolável e produzisse apenas o mal. Isso é identificar liberdade com loucura e prazer com morte. Esse fantasma povoa o universo até mesmo de alguns considerados revolucionários, adeptos mais da liberdade vigiada do que da libertação total.

Na verdade, o perigo está no homem reprimido. É a repressão que produz, secundariamente, a necessidade de morte, de destruição, o descontrole, o caos. A liberação produz o contrário: o prazer, a necessidade do outro, a agressividade necessária não à destruição, mas à realização da espontaneidade.

Há uma questão delicada, mas cuja dimensão é imprescindível: a necessidade da ordem. Ela é necessária, não como imposição externa mas como algo que vem de dentro, ou seja, uma ordem que possibilite o exercício da criatividade, da

espontaneidade. Pode ser anárquica, não preestabelecida, pode ser uma ordem em permanente mutação, surgindo sempre renovada no próprio exercício da descoberta dos melhores caminhos da liberação individual e da libertação coletiva.

Mas para encontrar uma ordem assim necessária, exigem-se lideranças. E esta é outra questão extremamente controvertida e nada tem a ver com o autoritarismo inerente ao conceito de vanguarda, tão comum entre as esquerdas. A liderança tem de ser espontânea, emergente, surgida no meio social apenas para ajudar o grupo a resolver dificuldades. A única liderança necessária é a espontânea e não pode ser forjada pela vontade autoritária de ninguém. Surge numa hora certa para desempenhar determinada função. Liderar é uma questão de originalidade e criatividade específicas. Nenhuma liderança pode se cristalizar. O motorista de táxi lidera nossas ações até o fim do itinerário. Depois, está dispensado. A liderança emerge como figura do fundo (para usar uma linguagem da Gestalt), produz o que tem de produzir, a realidade se transforma por sua ação catalisadora e a figura sai de cena, diluindo-se no fundo. Conforme as necessidades da vida social, surgem outras lideranças adequadas às novas situações. As lideranças são sucessivas, alternam-se em função da alternância de situações e crises, devem estar sempre disponíveis e, naturalmente, são descartáveis.

Liderança é um tipo de especialização provisória. Algumas pessoas estão mais habituadas a resolver determinado tipo de problema devido às características de suas personalidades ou em função de algum treinamento. Liderar significa servir, não comandar. Dá prazer, mas não oferece nenhuma sensação de poder. Prazer de desatolar um carro e não de possuí-lo.

O perigo está no autoritarismo e ele começa quando as lideranças se cristalizam, ultrapassando os limites do necessário, impondo-se, estabelecendo relações de dominação. Nesta perspectiva, a liderança para nós não é o que conduz, mas o que catalisa. Mais ainda: ela é mutante, passageira, jamais vai se institucionalizar. Ninguém poderá dizer assim: nesse grupo o líder é fulano. Depende do problema em questão e da situação do grupo liderança não é onipotência nem onipresença. É apenas um ato de amor e de sobrevivência comuns, como o dos bombeiros, porque são pagos para isso, ou dos sandinistas, porque acabaram com Somoza a todo preço. Liderança heróica, do tipo intelectual histórica, sempre deu em ditadura e mais repressão sobre o povo, o que chamamos de fascismo romântico.

Para implantar uma política do cotidiano é preciso que as pessoas se protejam do autoritarismo externo e do já interiorizado, que é secundário mas tão violento como o primeiro. Mas como conseguir transformar essas estratégias individuais de liberação do autoritarismo em movimentos coletivos?

Não se trata de desenvolver uma profilaxia somente no sentido de evitar os males do autoritarismo. Muito pelo contrário, trata-se de estimular a liberação. Em outras palavras: estamos mais interessados em estimular a saúde do que em evitar as doenças, mais para uma visão homeopática do que alopática.

Na verdade, temos então de encontrar uma pedagogia alternativa, mas não somente para experimentá-la em grupos terapêuticos ou em salas de aula. Temos de pensar em movimentos sociais articulados a partir de uma pedagogia realmente libertária. Assim também podemos repensar todas as instituições consideradas políticas, convencionalmente ou não. O sindicato, por exemplo, uma instituição indiscutivelmente

fundamental, pode perfeitamente funcionar sob a base de uma pedagogia libertária, isto é, fundada no antiautoritarismo e na autogestão. Não precisamos fugir das chamadas instituições políticas convencionais, enquanto não as pudermos destruir, mas podemos semear dentro delas o germe do antiautoritarismo, independente das contradições que isso possa gerar. Mesmo porque, para se passar do individual para o coletivo, necessita-se de alguma mediação institucional. Mas esta mediação não é, necessariamente e nem principalmente, um partido ou qualquer coisa que se proponha estar à frente do social, organizando-o.

Ao contrário dos que consideram estarmos vivendo hoje o momento dos partidos, achamos ser a hora dos movimentos sociais, desde que estes sejam compreendidos e respeitados na sua espontaneidade e originalidade. Não chegamos ao exagero de acreditar desnecessário qualquer tipo de organização destes movimentos. Mas basta ver o que está acontecendo no Leste Europeu para se ter idéia da supremacia dos movimentos sociais sobre os partidos. Na verdade, achamos que o social se organiza por si mesmo. A massa, o todo, exprime melhor a vida do que qualquer pessoa. Ela precisa de um mínimo de estrutura, de organização. Mas sem que isso signifique uma camisa-de-força a atrelar seus interesses aos de uma suposta vanguarda esclarecida. Podemos fugir, nunca evitar um furacão.

Muitos dos movimentos ecológicos, pacifistas, que em alguns países são amplos movimentos sociais, não têm estrutura rigorosa, rígida, não têm nenhum partido comandando. Porque nenhum deles visa o poder, mas a preservação da vida num sentido libertário.

6

Desobediência civil, mas social também

Devemos levar em conta que a maior parte da população não consegue ainda a satisfação de suas necessidades básicas no plano material, isto é, alimentação, habitação, saúde etc. Ao mesmo tempo, sabemos que algumas experiências sociais, entre as quais destacam-se as de alguns países socialistas, não transformaram as classes antes desfavorecidas em libertárias, ou seja, em busca permanente da liberação individual dentro da libertação coletiva.

É trágico observar que nas experiências socialistas o Estado deu algumas das condições básicas de sobrevivência mas cobrou um preço altíssimo por isso: a submissão da sociedade ao Estado. Dava-se o básico, mas se impedia a conquista do essencial.

A lógica perversa do autoritarismo acabou por tornar o Estado incapaz de atender satisfatoriamente até mesmo as necessidades básicas da população.

O grande desafio político em relação às classes menos favorecidas seria responder a três grandes questões: 1) Como conseguir satisfazer as suas necessidades básicas,

imprescindíveis: alimentação, trabalho, educação, saúde, informação, superando a dominação do capital? 2) Como, ao mesmo tempo, torná-los libertários, isto é, satisfazer as suas necessidades essenciais? 3) Como colocar o Estado a serviço da sociedade e sob seu controle?

É um grande desafio político. Sabemos que o Estado, sob determinadas condições, pode até ser altamente eficiente para satisfazer o básico, mas tem sido um fracasso para satisfazer o essencial.

E isto independe da base produtiva sobre a qual ele está assentado; o autoritarismo estatal é imanente.

A resposta ao grande desafio passa então por dois caminhos políticos. O primeiro é que precisam ser criados instrumentos de controle do Estado. É necessário reverter a hegemonia estatal em proveito da sociedade civil, cabendo a esta subordinar o Estado a seus interesses, não de uma classe em particular, mas da vontade coletiva. As dificuldades são muitas, mas não se pode fugir do caminho político que é o de criar controles democráticos para o autoritarismo estatal. O segundo caminho é o das experiências alternativas à margem do Estado ou prescindindo dele. A sociedade ou segmento dela se organiza para realizar experiências sociais alternativas e autônomas.

O que começa a acontecer na URSS, e o que tem acontecido em outros países socialistas, encerra um período no qual acreditávamos que muitos dos nossos sonhos de uma sociedade nova já estivessem sendo realizados. Não temos referências ou modelos sociais prontos. Temos de criar, inovar, ainda que existam, tanto na experiência socialista quanto nas democracias ocidentais, experiências válidas na perspectiva da autonomia social e do controle do Estado.

Não estamos falando, como muitos antigos companheiros de luta, que o sonho acabou, que a era das utopias se encerrou. Pelo contrário, agora é que o sonho começou! Porque não vamos esperar que ele aconteça no futuro. Queremos vivê-lo agora! Eis o que pede de nós o exercício fundamental da liberdade: sermos criativos e originais no desenvolvimento da capacidade de nos auto-regular e de nos auto-organizar socialmente.

Responder aos desafios, fazer política, em síntese, nesta perspectiva, passa a ser algo extremamente criativo e fascinante: liberar-se pessoalmente e libertar-se socialmente exigem criatividade a cada momento. Para isso não há cartilha com respostas prontas, cada um é autor e produtor de sua própria liberdade.

Um dos problemas mais graves na sociedade autoritária, mas dita democrática, é a delegação do poder, ou seja, autorizar uma pessoa ou instituição a exercer o poder por nossa procuração expressa. O que acontece é que quando delegamos poder a uma pessoa ou instituição, ela passa a ter autoridade sobre nós. Em vez de exercer o poder por nós, ela acaba exercendo o poder sobre nós.

Viver é tão gostoso, tão pouco, tão curto, tão inédito. Temos tantas potencialidades ocultas que o certo seria assumirmos tudo o que se manifesta em nós como vida e nos autogerirmos, nos autodeterminarmos, nos auto-regularmos, porque somos apenas usuários circunstanciais dessa energia infinita. Nós acabamos, ela não.

O autoritarismo se exerce quando você delega, no momento que abdica da autogestão e auto-administração vital. Acabamos por transferir a nossa autonomia e entramos submissos no jogo do poder.

Há uma experiência interessante de um professor da Universidade de Nova York*. Ele criou uma aparelhagem em que a pessoa, acionando uma manivela, aumentava a descarga elétrica. A voltagem podia ser regulada para um pequeno choque ou ampliada para 400, 500, 2.000 volts, até uma descarga fatal. A descarga estava ligada a uma cadeira e ele contratou um ator para desempenhar o papel de eletrocutado. Na verdade, não havia descarga nenhuma, mas acionava-se toda uma parafernália de luzes e barulhos que davam a impressão de o ator estar sendo submetido a choques elétricos. O ator passava-se por um aluno qualquer, e o professor convidava estudantes de fato para virem fazer a experiência com ele. Mandava-os acionar a manivela, ampliando a intensidade do choque. E explicava: “Até aqui ele vai ter tremores, até ali vai desmaiar, até mais além terá convulsões e se passar daquele ponto, ele é capaz de morrer.” Uma porcentagem grande de estudantes foi até o fim, com o ator pulando, tremendo, tendo convulsões que indicavam a fatalidade do choque. Bastava que o professor assumisse a responsabilidade pela experiência, para que os estudantes acionassem a manivela até o fim. Isso significa que se alguém assume por nós a responsabilidade de nossos atos, somos capazes até de matar. A partir do momento em que você delegou a responsabilidade de seus atos para o outro, são do outro as conseqüências, sejam quais forem. Não foi exatamente isso o que se concluiu no Processo de Nuremberg? Hitler estava morto, processo encerrado, impunidade geral para o passado, para o presente e para o futuro de todos os nazismos existentes e possíveis.

* Stanley Milgran realizou essas experiências quando era professor na Universidade de Yale. Seu relato foi publicado no extinto jornal Ex, nº 5, em 1974 e, mais tarde, em 1979, foi reproduzido para o cinema, no filme I como Ícaro, do cineasta Henry Vermeuil, com Yves Montand no papel principal.

A fonte do poder, do ponto de vista psicológico, reside muito neste mecanismo. Quando começamos a delegar autoridade, ocorre o outro lado da moeda: passamos também a ser delegatários invisíveis da autoridade. E é na estrutura da família que iniciamos o aprendizado destes papéis. Nela surge o poder do pai, delegado implícito de filhos e esposa. Na sociedade patriarcal, a propriedade privada dos bens materiais confunde-se com a propriedade das pessoas. O que existia de fato nas famílias e em outras instituições acabou se transformando em lei e sendo socialmente justificado.

Experimentar situações novas de vida ou viver experiências socialmente inovadoras envolve risco e conseqüentemente traz incertezas, inseguranças. Aparece então o nosso lado conservador, pedindo para voltarmos àquelas experiências onde nos sentimos “melhor” ou mais bem-comportados socialmente. Resistir a esta tensão é fundamental. Mais ainda: temos de fazer dela algo criativo, dinâmico e crítico. No momento em que somos críticos, temos capacidade de readaptação e descoberta de novos meios de viver. É a necessidade de criação do homem, de completar a natureza através da própria vida. Quando nos deixamos levar por este impulso vital, que é a descoberta do novo, que é a necessidade revolucionária da renovação, acabamos descontentando aqueles socialmente conformados. Uma pessoa em revolução incomoda muito, principalmente porque todo o resto sente necessidade de se revolucionar, mas é socialmente pressionado a não ter coragem para isso. Esta pressão social se dá através de gratificações, como uma situação social estável que nos acovarda diante de qualquer risco, mesmo nos privando da liberdade. Risco é sinônimo de liberdade.

É na busca da segurança que se estabelece o poder. Quem gosta do risco e se aventura, aceita a insegurança, porque tem sua própria utopia, vive de satisfazer, a qualquer preço, sua necessidade de prazer.

O máximo de segurança é a escravidão. Sendo escravos, somos propriedade de alguém, não corremos nenhum risco desde que obedeçamos às leis da escravidão, que não abrem mão do fundamental: não ser livre, não ter opção.

Então, se alguém opta por nós, se nós delegamos este poder a alguém, temos menos medo porque não estamos nos arriscando. Se somos nós que temos de optar toda vez, se não delegamos nada a ninguém, vivemos permanentemente em risco.

É uma coisa natural do homem esta necessidade de segurança, em conflito permanente com a necessidade de risco. Porque se os homens vão à procura de senhores para protegê-los — não são só os senhores que vão à procura de escravos — ou de algum Deus ou organização social, ao mesmo tempo, e talvez em maior intensidade, eles também precisam do risco. É só nele que existe a emoção do amor, da paixão, da espontaneidade, da criatividade — bases do seu equilíbrio energético.

Insistimos: ninguém se faz livre sem desobedecer socialmente. Existem movimentos que pregam a desobediência civil; acreditamos que o protesto político deve ser mais amplo, pregando a desobediência social.

O ato repressor estimula a necessidade de segurança, bloqueando a necessidade de liberdade, criando o medo. Punidos com violência na hora que assumimos o risco, acabamos por temê-lo e preferir a segurança. Assim se faz um conservador. Sem esquecer, claro, das gratificações sobre as quais já falamos: o chicote e o açúcar dos domadores.

A grande glória da sociedade burguesa, da família burguesa, das instituições sociais em geral, é a sua oferta de segurança, por um lado e, por outro, nos levar ao medo à liberdade. Elas fazem isso sem necessariamente impor um cerco ou repressão ostensiva.

Acabamos sentindo medo diante do que é novo, daquilo que é criar, e de satisfazer necessidades originais. Assim, ficamos sempre com receio da desobediência social. É um receio já interiorizado, porque estabelecemos a necessidade de viver segundo aquelas normas, segundo as instituições, como a família.

Por isso é mais fácil exercer a desobediência civil do que a desobediência social. A civil, na verdade, não mexe psicologicamente conosco tanto quanto mexe a desobediência social, que quando assumida coletivamente tem um alto poder de transformação.

7

Limpando a cabeça de velhos preconceitos

O autoritarismo pode estar escondido atrás de belas máscaras, sobretudo nas relações entre o homem e a mulher. As relações afetivas são perigosas. Podem ser, disfarçadamente, um poderoso veículo para o autoritarismo: quanto maior o “amor”, maiores as possibilidades de dominação, principalmente quando ele lubrifica as relações de dominação.

Por exemplo: nas relações vazias ou no parasitismo afetivo. A instituição do casamento pressupõe uma certa estabilidade, uma certa rotina no desempenho dos papéis convencionais de marido e mulher, ou pai e mãe, esvaziando afetivamente as relações dentro dela.

Na maioria das vezes, as pessoas envolvidas, em lugar de reagirem a isso, acabam encontrando na reprodução da “família tradicional” um recanto para sua inércia ou parasitismo afetivo, mesmo ao custo de sufocar sua capacidade de risco e conquista.

Os casais costumam objetivamente encarnar este parasitismo. Um bom exemplo é o descuido dos homens e mulheres casados com o seu próprio corpo e com o ato físico do

amor.

Falemos um pouco, agora, sobre a “tranqüilidade psicológica” através da posse. A família existe não só para garantir a reprodução da sociedade burguesa através da difusão do autoritarismo, mas também como correia de transmissão de um dos suportes do capitalismo: a propriedade privada.

O papel da família é tão forte neste sentido que seus membros acabam por se julgar proprietários uns dos outros. Adquire-se o mesmo medo compulsivo de perder o outro, menos pela necessidade do amor e mais pela “tranqüilidade psicológica” que ser proprietário (ou a propriedade) lhe dá. Esconder um do outro (ou até de si mesmo) algo novo e transformador, com o receio do risco da mudança, é a prática mais comum dos casais.

Na família tradicional ocorre a institucionalização da chantagem. A chantagem é uma rotina no casamento. Mas ela geralmente não é ostensiva e sim camuflada, parecendo mais uma operação de guerrilha do que uma guerra tradicional. Na verdade, o interesse é obter vantagens (afetivas ou não) no relacionamento sob ameaças, na maioria das vezes diluídas em representações de afeto. É muito comum entre os chantagistas o uso da metalinguagem como código de comunicação preferido. Um exemplo é a *estratégia do duplo vínculo* para ameaçar o outro, isto é, fazer o outro saber o que ele nos causa sem usar meios diretos de comunicação, mas sim mudanças de fisionomia, de humor.

Muitas pessoas valorizam o casamento como um sistema de “concessões mútuas” ou de “sacrifícios recíprocos”. Ceder ou “fazer sem gostar” geralmente acabam se transformando em cobranças futuras, estimuladas por mágoas e ressentimentos. Entretanto o fundamental no acasamento é a solidariedade, a cumplicidade, isto é, dar e receber prazerosamente segundo as

necessidades, e, sobretudo, com originalidade. Coisa difícil e, por isso mesmo, fascinante. Como o amor.

Constatamos freqüentemente, no casamento, a existência do “pai patrão” e da “mulher sombra” ou “carpideira”. O controle financeiro por parte do marido é uma poderosa forma de exercer o autoritarismo. A história mostra: a família só se transforma em patriarcado quando o homem monopoliza as atividades que garantem a sobrevivência econômica familiar, restringindo a mulher à vida doméstica e os filhos à condição de empregados, mão-de-obra auxiliar. *Pai patrão*, que belo filme!

O outro lado da moeda do autoritarismo patriarcal é a “mulher sombra” ou “carpideira” ela assume o autoritarismo do marido e fica a exalar insatisfação e a destilar amargura sem nada fazer para sair desta situação.

Há um estímulo muito grande por parte da sociedade, não só para sermos autoritários, mas também para nos subordinarmos cegamente a algum tipo de autoridade. Começamos com uma fé cega nos nossos pais, transferimos depois essa fé para o Estado e, muitas vezes, reproduzimos esta mitificação nas nossas relações pessoais e afetivas. Endeusamos, colocamos no altar e, depois, a convivência vai ser a ferramenta que usaremos para destruir a imagem e fazer do ídolo um monstro indestrutível.

O Estado e a família não só se articulam nas suas funções autoritárias, como também o Estado interfere na família de maneira direta, impondo condições para legalizar o início e o fim do casamento, assim como a tutela dos filhos.

Vendo a questão do ponto de vista da bioenergética, os problemas das relações familiares funcionam como um bueiro enxugando nossa energia vital e provocando desempenhos insatisfatórios em outras atividades. Daí nascem as sensações de

impotência e incompetência na maioria das pessoas que procuram terapia.

Agora vamos nos concentrar um pouco nas diferentes máscaras do autoritarismo nas relações entre pais e filhos. A criança, para um bom desenvolvimento, necessita do maior respeito à sua natureza, isto é, à sua originalidade e ao ritmo vital próprio. A ansiedade ou a “mania de educar” dos pais levam sempre a uma contaminação das relações com os filhos. Muitos pais acham que o filho está sempre carente ou em dificuldade e se apressam em satisfazer ou resolver “problemas” que não existem, deixando assim de ajudá-los a resolver problemas reais. Ou, então, se relacionam com o filho como se estivessem se relacionando consigo mesmos na infância. E enxergam nele problemas que, na verdade, são seus. Esta “ansiedade ditatorial” impede o “desenvolvimento natural” da criança e contagia de insegurança e paternalismo as relações pais-filhos.

É fundamental o contato corporal e o “olho no olho” com as crianças e adolescentes (sempre respeitando a originalidade e o ritmo próprio deles). Somente assim eles se sentirão num *habitat* seguro para o seu desenvolvimento natural. A criança percebe melhor o que somos e fazemos corporalmente do que o que lhes dizemos com as palavras.

A família, no Brasil, alonga demais a situação mamífera. Comparando com outros países, como a França, Suécia e os Estados Unidos, os filhos aqui moram muito mais tempo na casa dos pais, protelando a independência em relação à família e à construção do seu projeto próprio de vida.

Por outro lado, os filhos costumam ser a justificativa para muitos casais se manterem unidos artificialmente. É freqüente o uso dos filhos como arma de chantagens nos conflitos entre

marido e mulher. Esta situação muitas vezes permanece, mesmo quando o casal se separa, e até aumenta de proporção, pois quase sempre se criam artificialmente dificuldades para o pai (ou a mãe, dependendo de quem fique com a guarda) ter acesso aos filhos. Muito freqüente é o esforço que um dos pais (ou os dois) faz para denegrir a imagem do outro diante dos filhos. Quando se consegue isso, trata-se de uma vitória amarga e covarde, pois a maior vítima, o grande perdedor, é o filho.

É freqüente escutarmos: “eu dou liberdade a meus filhos” ou “liberdade, mas com disciplina”. Liberdade não se dá e, muito menos, com restrições. As crianças estão naturalmente predispostas à liberdade; o que os pais precisam fazer é cultivar com muito carinho essa predisposição.

Não podemos esquecer das diferentes máscaras do autoritarismo nas relações com nossa família de origem. A tradicional família burguesa está sempre disposta, a todo custo, a prolongar sua ação sobre os filhos, mesmo quando eles já abandonaram o “lar” para casar ou viver outra experiência por conta própria. Ela quer ser sempre a referência e conta com um poderoso reforço social, estimulando os filhos a reproduzir a experiência familiar tradicional.

Todas estas pressões são lubrificadas pelo tabu cultural da “infallibilidade” dos pais ou pelo receio conservador (falaremos sobre isto mais à frente) de provocar qualquer mudança na estrutura e funcionamento da família.

As rupturas afetivas com a família são causadas mais pelos ressentimentos e mágoas atuais por coisas vividas no passado junto a ela, do que por razões ideológicas. Esses ressentimentos podem ter sido causados por diferentes papéis vividos na família: “papel de primogênito”, “papel de gata borralheira”, “papel de

louca da família” etc., enfim, papéis provocados geralmente por rejeição ou superproteção — autoritarismo, em síntese.

As rupturas afetivas nem sempre levam à ruptura da convivência, a não ser pela própria pressão da família ou quando são o único caminho para os filhos viverem a sua própria vida.

Há uma reação do tipo conservadora, manifestada no medo de tocar na família anterior. Até mesmo falar sobre ela para muita gente é difícil. E não é só no caso de pessoas dependentes (que não “explodiram” o seu papel tradicional de filhos).

Entre muitos “liberados” observamos um pacto implícito de não tocar na poeira familiar, durante longos anos varrida para debaixo do tapete.

O pólo oposto da reação conservadora é a “apostólica”, ou seja, a reação de querer a todo custo fazer a cabeça dos “velhos”. O resultado, quase sempre, é um tremendo autoritarismo, pouquíssimo absorvido pelos pais, pois, baseia-se no mesmo princípio autoritário que habitualmente é feito em sentido contrário.

Precisamos vivenciar novos modos de organização familiar sem o controle tradicional, sem lideranças rígidas e únicas, para não se repetir a criação, na família, de relações de poder e de dominação.

Procurar o respeito à identidade e ao ritmo de cada um, isto é, à sua originalidade, e superar o chavão convencional: “a família é uma só pessoa”. Ela deve ser o centro do encontro de pessoas diferentes. Talvez possamos compará-la ao infinito de Pascal: “o centro está em toda parte e a circunferência em lugar nenhum”. Isso faria com que a paternidade não fosse o único eixo fundamental da família.

Sem uma família nova, o exercício da nossa originalidade

fica comprometido. Mas não é fácil construir experiências novas, são muitos os obstáculos impostos pela sociedade burguesa. Alguns são óbvios: a sobrevivência econômica no capitalismo limita muito os grandes vãos inovadores. Entretanto, a maioria dos obstáculos a novas experiências familiares seria derrubada se os movimentos de libertação da mulher alcançassem êxito. Seria uma bomba detonada no selo da família tradicional, com repercussões revolucionárias em toda a sociedade.

Tradicionalmente as esquerdas optam pela via autoritária para a libertação coletiva. Este autoritarismo se manifesta: 1) na concepção de militância onde prazer e luta política não se encontram; 2) na transferência para um “futuro remoto” de qualquer transformação radical no autoritarismo das relações sociais básicas, inclusive as familiares; 3) na estratégia política mais ampla, onde o Partido atua como a “consciência externa” da maioria da população oprimida, com o papel de colocá-la nos trilhos certos da revolução, isto é, subordinar a um partido autoritário a sua organização interna e a sua maneira de fazer política.

O insucesso histórico da “via autoritária” abre caminho para um debate profundo para a “via libertária”, onde prazer e luta política caminham juntos, na qual transformar revolucionária e imediatamente as relações sociais básicas, principalmente as familiares, é um dever revolucionário. Além disso, a estratégia política mais ampla incorpora transformações sociais imediatas, como a da família, a libertação da mulher etc., e, sobretudo, a superação das concepções autoritárias leninistas e reformulação dos conceitos de partido e de transformação revolucionária.

8

É a Mãe!

Nessa busca de articulação dos raciocínios psicológico e político, cada vez ficamos mais convencidos da importância de se mudar a estrutura da sociedade além de sua economia. Muitas revoluções foram feitas, mas o autoritarismo do Estado sobrevive graças, em grande parte, a enormes obstáculos ao exercício da liberdade humana, entre eles o autoritarismo familiar.

Como já dissemos antes, temos de mudar a visão de que o monopólio do poder dentro da sociedade é do Estado. Ele é a máscara, escondendo todas as ramificações sociais do poder, que tem na família um de seus principais centros de difusão.

Uma nova estrutura familiar é fundamental para uma nova sociedade. Outras classes ou grupos sociais podem assumir o controle do Estado, mas isto não é garantia para que a sociedade se transforme e nem mesmo o próprio Estado se reconfigure — ele se mantém autoritário. A economia pode-se transformar, mas a sociedade não necessariamente. Nas experiências socialistas, a democracia também não chegou à família e cada vez mais se afastou das fábricas. Sempre foi assim. O próprio Lênin tinha um grande fascínio pela forma de organização da grande fábrica

capitalista. Existem alguns artigos seus mostrando as maravilhas da empresa capitalista e apelando para a necessidade de organizar a empresa no socialismo da mesma maneira.

A economia se transformou, e entretanto a sociedade manteve as suas bases autoritárias, reforçadas por um partido único que foi engolido gradativamente por um Estado centralizado e militarizado, que despolitiza a sociedade, sugando a sua alma política, para que assim, mais, eficientes se tornem as rédeas do poder.

Mas, voltemos à família. Sobre a crise do socialismo já falamos antes. Queríamos, agora, focalizar o papel da mãe na manutenção do autoritarismo da relação pais-filhos. É uma questão delicada. Por isso mesmo é melhor ir diretamente ao ponto, afirmando logo que consideramos o amor de mãe muito mais perigoso para a humanidade que todo o arsenal de armas atômicas. Estas armas servem às chantagens do jogo de poder internacional. Mas isto tudo é controlável, pois faz parte de um jogo mais ou menos ético e universal. No fundo, apesar de tudo, temos pavor, horror das armas nucleares. Agora, quanto ao amor de mãe, é justamente o contrário. Nós o veneramos. E é através dele que o autoritarismo penetra nas pessoas e provoca um outro tipo de desintegração. Em vez de nuclear, é uma desintegração bioenergética que nos torna dependentes e impotentes diante do autoritarismo, venha ele de onde vier, da família, do Estado, do céu e do inferno. Nós nos habituamos a viver com ele e não conseguimos mais viver sem ele: é a morte da originalidade, é a impotência e incompetência para a liberdade.

O amor de mãe de que falamos é aquele desenvolvido acima do necessário, acima do biológico, acima do real, acima do amor. O amor de mãe que é necessário, que todo mundo precisa e nós

não podemos viver, realmente, sem ele, é o amor de base mamífera. Freud, sempre muito trágico, não percebeu a ludicidade gostosa de nossa primeira paixão ontológica.

O “excesso” de amor do tipo “mãe” ou do tipo “complexo de Édipo” enfraqueceu o homem de tal forma que ele aceita o poder, a dominação, a injustiça social, as armas nucleares, enfim, todas as faces do autoritarismo. Ninguém nasceu autoritário. O ser autoritário se produz através de um processo pedagógico que começa nas relações afetivas familiares.

É importantíssimo desmitificar a “mãe” tanto quanto Freud fez com a “criança”. Quando ele disse que a criança tinha uma sexualidade dirigida em relação à mãe, ocorreu um grande escândalo. Não se admitia isso porque a criança era sinônimo de anjo e pureza.

Para além do verdadeiro amor de pai e mãe — uma coisa absolutamente saborosa, insubstituível, maravilhosa — existe uma degradação deste amor. Os pais e as mães não sabem que muitas vezes estão trabalhando a serviço do poder do Estado para destruir nosso poder de contestação, de identidade pessoal, de espontaneidade criativa. Estão impedindo que se realize plenamente o que eles próprios produziram em nós com o seu amor inconsciente e antropológico.

A sociedade requer dos pais, dentro da pedagogia da opressão, o desempenho de papéis exercidos de uma maneira afetiva, seguindo um esquema de chantagens afetivas. Aliás, nas relações mais tipicamente amorosas, em grandes e falsas paixões, nós acabamos exercendo chantagens afetivas que subordinam a outra pessoa ao nosso autoritarismo, e ela responde a isso se fazendo de vítima, o que é outra chantagem, igualmente autoritária e poderosa.

Shakespeare conseguiu passar essa imagem, essa idéia, mostrando como o poder familiar, a competição pelo poder entre as famílias torna impossível a felicidade amorosa dos filhos. Não se pode amar porque não se estabeleceu um acordo político de poder entre as famílias. E se insistirem em se amar, vão ter de se destruir. A peça *Romeu e Julieta* fala com clareza disto: os dois se matam, se destróem porque não estão obedecendo à autoridade familiar, não conseguem se libertar dela, então dão-se à morte em lugar de ao amor. Nós odiamos a ideologia que está por trás dos belíssimos versos de Shakespeare.

É fácil vermos as relações autoritárias na atuação do Estado, da escola ou das chamadas instituições formais. Mas no caso da família, elas se escondem socialmente.

Sem dúvida, é uma grande arma ideológica essa, de se esconder a opressão que passa através das relações afetivas.

Não falamos só da família chamada burguesa, o mesmo ocorre com as famílias mais pobres e proletárias. Estas, indiscutivelmente, estão cheias de problemas de trabalho, moradia, renda, emprego etc. São sérias dificuldades, socialmente impostas, que convivem com um rigor moralista às vezes muito maior que o da família burguesa. O paternalismo, na classe proletária, existe com uma força incrível.

A chantagem afetiva permeia toda a miséria imperante. Temos certeza de que esta é uma das causas fundamentais da destruição da eventual energia revolucionária do proletariado junto com a degradação humana produzida pelas condições em que se processa o trabalho no regime capitalista (e mesmo no socialismo burocrático).

As relações afetivas são, então, as típicas “relações perigosas”. Por elas podem passar as maiores violências contra o

ser humano. Contra os nossos inimigos, nós sabemos, de um certo modo, nos defender. Sentimos o cheiro deles, nos armamos e nos defendemos. Mas estamos indefesos contra as pessoas que amamos, nossos amigos, parentes, amantes. Estamos totalmente abertos para eles, eles penetram em nós como quiserem, sejam quais forem suas intenções.

É uma contradição terrível: se não nos abrimos totalmente para receber o outro, nós não conseguimos amar. O amor não se faz com pedaços ou porcentagens. E se nos abirmos inteiramente, estamos sujeitos ao risco de manipulação autoritária.

Essas manipulações, quando são próprias do amor, fazem parte do jogo amoroso, são lindas — manipulações lúdicas, dentro do jogo natural do amor. Agora, existem manipulações trágicas, que praticamos sem saber, sem querer e sem controle. Não há necessariamente más intenções, geralmente achamos que estamos fazendo bem à pessoa amada, ao próprio amor, nessas manipulações. Mas, na verdade, estamos servindo de carrascos e executamos amorosamente as liberdades, a serviço do Estado e da sociedade autoritária, que permanecem de mãos limpas e impunes nesses sombrios assassinatos ou genocídios cotidianos.

Quando dizemos “eu te amo”, quando nos dizem “eu te amo”, e nós acreditamos e fazemos acreditar sinceramente nisso, não percebemos que possa ser este o mesmo sentimento que levou o piloto norte-americano a apertar o botão que fez cair a bomba atômica sobre Hiroshima, matando cerca de cem mil pessoas em poucos minutos e abrindo caminho para o genocídio final da humanidade, justificado pelo amor à liberdade em dois conceitos congênitos, embora ambos, historicamente, mentirosos e incompetentes. *Hiroshima, meu amor* não é apenas o belo título de um filme.

9

A imaginação no poder

Poderíamos ser um dos pichadores dos muros de Paris, em maio de 1968. Teríamos sido os autores destas frases: “Sejamos realistas: exijamos o impossível.” Ou: “Esta noite, a imaginação tomou o poder.”

Queriam dizer os jovens parisienses, logo após a tomada da Sorbonne, que se tratava da imaginação utópica substituindo o realismo burocrático, de direita ou esquerda.

Talvez este livro não pretenda muito mais do que uma dessas frases ou o que pretendeu o próprio movimento dos jovens franceses em 1968. Um ressurgimento da imaginação utópica, em novas bases libertárias.

Os pensamentos e os projetos utópicos andaram muito desmoralizados quando cinquenta milhões de pessoas precisaram ser mortas para varrer do mundo os projetos utópicos de Hitler e de Mussolini. E é profunda a decepção provocada pela realidade burocrática e autoritária em que se transformaram, na União Soviética, os projetos utópicos do Comunismo de Marx e Lênin.

Relendo as utopias clássicas de Platão (*A república*) e Thomas Morus (*Utopia*), até George Orwell (*1984*) e Aldous Huxley

(*Admirável mundo novo*), passando por Thomas Hobbes (*Leviathan*), por Robert Owen (*Livro do novo mundo moral*), por Saint-Simon (*Carta de um habitante de Genebra a seus contemporâneos*), por Charles Fourier (*O novo mundo amoroso*) e por Pierre Proudhon (*O que é a propriedade*), portanto, do quarto século antes de Cristo, com Platão até o *Manifesto comunista* (1848) de Marx e Engels — mais precisamente, até a obra de Engels (*Do socialismo utópico ao socialismo científico*, 1878) — fica claro que a grande vocação dos utopistas era sonhar com uma nova forma de organização social. Uma forma em que o dever se opunha ao prazer, o trabalho ao lazer, a disciplina à liberdade, o futuro ao presente.

Dentre os utopistas clássicos destacamos Charles Fourier, o único a colocar o prazer como objetivo final da desalienação sonhada por outros, como Marx. Síntese semelhante, agora em termos contemporâneos, alcançou o pensador Herbert Marcuse, na década de 60, associando Eros e Marx, como já fizera um dos maiores utopistas deste século, Wilhelm Reich, na década de 30, ao descobrir a importância do prazer (orgasmo) como instrumento de libertação.

Ao refletir sobre o significado das utopias, chegamos à convicção de que a imaginação utópica é inerente à natureza do homem, embora as utopias possam ser tão variadas e diversas como os homens que as produzem.

A palavra *utopia* foi proposta no século XVI, quando o inglês Thomas Morus publicou em latim um livro sobre a vida melhor levada pelos habitantes de uma ilha situada em algum lugar, a ilha de Utopia, de *outopos*: o não-lugar, lugar nenhum, nenhures. Teixeira Coelho, em seu livro *O que é utopia* * lembra que a ligação entre vida melhor e lugar inexistente vem provar, desde Thomas

Morus e desde sempre, que os poderes constituídos são contrários à plena realização humana e sistemáticos repressores da imaginação utópica. Na Inglaterra de Morus não existia liberdade de expressão e nem de pensamento, daí a fabricação de uma palavra para situar um lugar onde a vida seria melhor. Thomas Morus acabou decapitado, não por essa razão — é que, embora não atacando seu rei, ele *nada* falou *a favor* desse mesmo rei.

** Aproveitamos as pesquisas históricas e algumas reflexões desse autor para levar ao leitor conhecimentos básicos sobre utopia, de modo a poder desenvolver, em seguida, nossas teses sobre material bem organizado didaticamente. Esse livro foi publicado pela Editora Brasiliense.*

Todo pensamento ou projeto utópico é uma manifestação política, uma proposta idealista de organização social mais justa. Em todas as utopias propunha-se (sempre, desde Platão) acabar com o trabalho escravo, embrutecedor, e que todos trabalhassem para que todos pudessem trabalhar menos. Está presente nelas o desejo de que todos sejam considerados iguais, homens, mulheres, crianças; que ninguém passe necessidade; que ninguém seja considerado superior pelo fato de possuir mais bens que os outros; que os mais competentes e honestos dirijam a coisa pública. E, acima de tudo, que ninguém seja obrigado a fazer o que não quer, o que não pode e o que não deve. Que não existam o dinheiro e a propriedade privada. E que haja liberdade de expressão e de religião, e educação acessível a todos. Cada utopista manifestou centenas de boas intenções em suas propostas.

Do ponto de vista moral, acreditamos que a *Declaração dos direitos do homem* sintetiza bem o sonho utópico da sociedade contemporânea. Entretanto, como se sabe, é o mais violado e desrespeitado de todos os nossos compromissos históricos.

É necessário ressaltar que as utopias, além de dispersas no espaço, também sempre estiveram fora do tempo -como um sonho mesmo. E todas baseadas em propostas que eram fruto do pensamento racional, organizado, ordeiro, controlador. No fundo, as propostas utópicas assemelhavam-se, quanto à organização política da cidade ideal, a ditaduras no paraíso. Por essa razão, sempre se supôs que as propostas da imaginação utópica tradicional jamais levariam as pessoas a uma vida melhor. E o que supomos também, por razões básicas contidas naquelas propostas: 1) a consciência racional prevalecendo sobre a consciência da intuição, do sentimento, da sensibilidade; 2) o dever e o controle antecipando e sobrepondo-se ao prazer e à liberdade.

Quanto à primeira razão, temos trabalhado bastante em cima dela neste livro. Todas as utopias tradicionais falam de urna “nova ordem”, expressão freqüente, por exemplo, em textos e teorias fascistas. E mais: se aquelas utopias se concretizassem, a vida seria, no mínimo, muito chata. E. M. Ciora, que escreveu a história da utopia, afirmou: “As utopias são chatas porque permitem apenas idílios geométricos e êxtases regulamentados”.

Utopia racional, controlada, fruto da ordem, disciplinando o prazer e a liberdade, evidentemente é algo contraditório ou — o que é bem mais grave — trata-se da parte ilusória e propagandística dos projetos autoritários que, uma vez acionados, produziram os grandes holocaustos da História. Tais propostas eram lugares-comuns nos discursos de Hitler, Goebbels, Goering e Stálin. E foi a partir desses modelos de projetos utópicos que George Orwell (1984) e Aldous Huxley (*Admirável mundo novo*) negaram as utopias e nos advertiram sobre seus riscos.

Num outro sentido, Engels e Marx criticaram fortemente os

socialismos considerados por eles como utópicos, embora o comunismo — no qual deveria desembocar o socialismo por eles propostos possa ser considerado hoje a maior utopia contemporânea.

Assim chegamos à segunda razão para o fracasso das utopias racionais: o medo e, conseqüentemente, o combate ao prazer, à liberdade sexual. Todos os utopistas foram moralistas hipócritas, autoritários, castradores e repressores conscientes do uso livre dos prazeres da vida, inclusive o sexual. Já citamos a exceção que foi Fourier. Ele vai deixar de se preocupar com o aspecto organizacional das utopias para ocupar-se dos sentidos e sentimentos.

Chama-se *Harmonia* a utopia de Fourier, e o fundamental nela é o prazer. É uma comunidade que abriga pessoas das mais variadas preferências; e aqui, ao contrário de serem reprimidas, essas preferências serão estimuladas ao nível máximo de prazer, sem prejuízo das outras pessoas. Não há a mínima restrição ao prazer. A prostituição coletiva é reconhecida e honrada. O dado que une as pessoas é a entrega às paixões.

Wilhelm Reich foi expulso do partido comunista alemão porque propôs a realização plena do prazer sexual do proletariado como principal mola revolucionária (além do trabalho e participação no Partido). Somente na década de 60, meio esquecido de Reich, Herbert Marcuse (*Eros e civilização* e *O fim da utopia*) retomou a observação de Freud segundo a qual o amor é a mola da civilização, embora este admita também que a civilização se faça pela repressão sexual. A proposta de Marcuse foi (e é) considerada herética pelas doutrinas revolucionárias oficiais, mas os jovens que promoveram os movimentos libertários de 1968 reconheceram nela, de imediato, uma saída para o impasse em

que uma política tradicional e outra revolucionária, mas burocratizada, haviam jogado a imaginação utópica — que não é, como se costuma pensar, uma fantasia, nem uma falsidade, nem algo irrealizável ou em contradição com a realidade.

É necessário acrescentar que tal raciocínio sobre necessidades essenciais humanas não exclui a satisfação das necessidades básicas como alimento, teto, trabalho, saúde, escola etc. Tudo isso faz parte de qualquer utopia, mas, na maioria delas, Eros e a liberdade não tiveram lugar central. No caso, nossa utopia é mais próxima de Reich. Sonhamos e lutamos por uma sociedade onde a liberdade seja fruto da justiça e do prazer.

Algo de novo surgiu a partir do século passado, também para uma nova e atual compreensão do pensamento utópico, algo baseado no conceito e projeto de revolução.

A partir da Revolução Francesa, os projetos utópicos podiam contar com a possibilidade de efetivação imediata, através de transformações radicais das estruturas sociais e dos mecanismos de poder.

Das idéias utópico-revolucionárias surgidas depois da Revolução Francesa, destaca-se o programa socialista-comunista, cuja meta é a extinção do capitalismo. Várias utopias do tipo liberal, mas fronteiriças da revolucionária, a antecederam, como a de Robert Owen, a de Saint-Simon, a de Fourier, e a de Proudhon. Porém é comum considerar-se que o socialismo propriamente dito, despido de utopias, só tem existência a partir de Marx e Engels e de sua teoria da luta de classes. Afirmam os autores do Manifesto comunista que a utopia rejeita ou dispensa a luta revolucionária.

O Brasil nos parece uma utopia mal realizada ou a realizar.

Antes do nosso descobrimento, os índios guaranis possuíam urna utopia que os fazia migrar em direção ao Atlântico,

imaginando existir no oceano uma cidade que realizaria todos os seus sonhos. Ocorrido o descobrimento, viram chegar do oceano todos os seus males e então inverteram a ordem da migração.

Talvez a própria descoberta da América resulte de um sonho utópico. As cidades ricas dos incas encantavam os espanhóis como cidades utópicas. As reduções jesuítas estabelecidas no Paraguai desde 1588 funcionavam como verdadeiras cidades utópicas para os europeus. Elas duraram até 1788.

No início de caráter religioso, messiânico, sempre existiram no Brasil cidades utópicas, como *Belo Monte* (1873) na Fazenda de Canudos, chefiada pelo missionário Antônio Conselheiro. No Rio Grande do Sul, surgiu em 1872 o movimento messiânico dos Mucker (santarrão, em alemão). No final do século passado e começo deste, esboçou-se em Juazeiro experiência análoga, com o Padre Cícero. Porém, mais características foram as utopias do tipo anarquista (socialismo libertário), com as experiências da Colônia Vapa, estabelecida por imigrantes letões em Assis (São Paulo), em 1930, e a da Colônia Cecília, de inspiração fourierista, em Palmeiras, no Paraná, em 1890.

O que caracteriza, no Brasil, essas experiências utópicas é a intolerância e violência das autoridades em relação a elas. Desde o Quilombo dos Palmares, exterminado em 1694, após 60 anos de luta, todas as nossas experiências utópicas foram combatidas e dizimadas.

Como entendemos, então, a utopia que gerou a idéia deste livro? Utopia, para nós, significa esperança. Mas esperança de realizar nossos sonhos de justiça e liberdade social, e, simultaneamente, alcançar a plena e autônoma realização pessoal, aqui e agora. Uma ação revolucionária cotidiana, permanente, corporal, prazerosa, somática, através do encontro e

exercício livre da nossa originalidade única.

Portanto, para nós, a cidade ideal, o *topos*, já foi encontrada. E nosso corpo, o *soma* de cada um. Nós não a encontrávamos porque a supúnhamos fora do espaço e do tempo, porque alienamos nosso corpo, porque o emprestamos, o alugamos, o vendemos, porque permitimos que se apoderassem dele e o escravizassem. Então, movidos por uma espécie de *banzo* (saudades, em dialeto africano, da terra de origem) sonhamos com a utopia, julgando-a fora e longe de nós. Mas isso só é possível porque aprendemos a separar o eu do corpo e o pensamento da vida.

A descoberta do próprio corpo, através da realização livre do prazer, da unificação e harmonização energética, da liberação da auto-regulação espontânea, produz na pessoa a excitante e deslumbrante sensação de realização utópica. A convivência consciente e lúcida com o próprio soma leva naturalmente à necessidade de suplementação da vida com os demais somas. Por isso, além da política do corpo, faz-se necessária sempre a política das relações cotidianas, ou seja, desarmar o jogo do autoritarismo que impede nossas utopias amorosas, criativas, em casa, na rua e no trabalho.

O mais precioso de nossa utopia é esse amor à luta, esta lúcida paixão por realizá-la e mantê-la ao nível de nosso próprio corpo, nas relações sociais em que estamos inseridos e nos movimentos sociais dos quais participamos. Luta e prazer são os caminhos e as armas para se atingir a utopia social. Na verdade, quando se chega ao fundo da questão, descobre-se que a grande, a decisiva, a eterna utopia, a que tentamos decifrar e promover neste livro é realizar a identidade existente entre o eu e o nós.

10

Paixão: ideologia do orgasmo

Todas as paixões são utópicas, tanto no sentido clássico quanto no que acabamos de exprimir. Por outro lado, as utopias são sempre fruto de intensas paixões. Seria bom, pois, refletirmos um pouco sobre o nosso conceito de paixão.

Acreditamos que Eros se manifesta nas pessoas através de três estados emocionais de mesma natureza libidinosa e afetiva, mas de modo contíguo e não necessariamente contínuo: a sedução, o amor e a paixão. Queremos dizer que a energia geradora desses estados é a mesma, o *orgone*, a unidade bioenergética, segundo Reich; e embora suas manifestações, produtos e significados sejam bem diversos, o objetivo, nas três situações, também é o mesmo: a realização do prazer de viver.

Para podermos prosseguir nestas considerações, se faz necessária uma advertência: nós não entendemos absolutamente nada de amor. Nem acreditamos que a medicina, a psicologia, a pedagogia e as ciências políticas (nossos instrumentos de trabalho) possuam qualquer meio ou recurso que leve ao conhecimento científico e ético do que se passa entre duas ou mais pessoas que se amam, não importando o sexo que possuam.

Estamos hoje certos de que o amor não foi feito para ser compreendido, mas apenas vivido. No instante em que começamos a decifrá-lo, ele já acabou. Essa é a nossa experiência. Por isso afirmamos: do amor só se pode fazer necropsia, jamais biopsia.

Então, por que escrevemos sobre o amor? Em primeiro lugar, não é sobre o amor, e sim sobre a sedução e a paixão que estamos escrevendo. São coisas do gênero, mas não a coisa em si. Depois, queremos desfazer alguns equívocos freqüentes no trato dos sentimentos humanos, quando os descarnamos de seu conteúdo e contexto político.

Para nós, o conceito de amor se identifica com o de vida. E é pulsação. Pulsação que só se justifica, na consciência lúcida e livre do homem, se visa a realização do prazer. De todos os prazeres possíveis no ato de viver, a sedução amorosa e a paixão (que leva o prazer e a dor às últimas conseqüências) são, a nosso ver, as únicas razões para o homem querer, por opção, continuar vivo.

Assim, se não podemos conhecer os mistérios da vida, muito menos é possível decifrar os mistérios do amor, sua mais íntima e precisa expressão. A sedução é um jogo, o jogo do encantamento de estar vivo e poder animar (encantar) vida nova nos outros. Então, a sedução é algo que pertence ao potencial de criação do homem Podemos estudá-la, entendê-la, conhecê-la, comunicá-la. Enfim, em certa extensão e profundidade, sedução se aprende, porque é uma arte.

O mesmo se pode dizer da paixão. Não podemos aprender a nos apaixonar, isso nascemos sabendo, mas é preciso aprender a se deixar apaixonar. A paixão, nós a entendemos como uma espécie de acelerador, intensificador, uma coisa que atua tornando o amor maior ou menor, mais forte ou mais fraco, mais

ou menos inteiro. A paixão não é o amor, mas algo que, por alienação ou por opção, aplicamos sobre ou dentro do amor, mudando o seu estado, sem nunca porém mudar sua natureza.

Assim, a paixão tem muito a ver com a liberdade e, por isso, não a recebemos pronta e somos obrigados a conquistá-la. Queremos dizer que o amor é de graça e já vem pronto com a vida; a sedução e a paixão são criações do homem, formas que ele próprio inventa individualmente, para que ame mais e melhor tudo a que tem direito.

É preciso deixar bem claro que, para nós, namorar ou seduzir nada tem a ver com amar, embora certas seduições, alguns namoros, possam resultar em amor. Porém, todo namoro é fruto da paixão de viver, de viver mais intensa e gostosamente a vida.

Sendo assim, se por um lado o namoro é uma compulsão natural e parte do instinto reprodutor, ele é também um ato de criação cultural. Embora impulso oriundo do inconsciente coletivo da humanidade, a sedução é também direcionada e recriada por opção consciente de cada um e de todos, sempre de modo inédito e sempre produto de tensões originais, a cada vez que se manifesta.

Concluimos também que o ato de namorar é por excelência polimorfo e poligâmico, que independe do sexo e da faixa etária, que não é influenciado por raças humanas, espécies animais, vegetais e minerais. Namorar é parecido, porém nada tem a ver com o amor. Mas quem namora bem, pode acabar amando e, inclusive, pode até se apaixonar.

Existem, claro, as pessoas que só namoram para encontrar parceiros sexuais eventuais e sentimentais permanentes (estes acabam por não namorar mais após o encontro e uma vez estabelecida a dependência). São pessoas bloqueadas em seus

potenciais de vida e, sobretudo, vítimas de preconceitos éticos, sexuais e sociais originados de poderoso autoritarismo político e econômico. Referimo-nos à manipulação do Estado e da Religião inoculando e estimulando as relações monogâmicas até a morte das pessoas acasaladas e punindo qualquer infração com penas morais, legais, sociais e econômicas. Esse problema existe e é sério, mas não é bem disso que estamos falando.

Admitamos que uma pessoa, por exemplo um homem, necessite de uma só mulher para a sua realização afetiva, sexual, criativa e social. Isso não deveria impedir que continuasse namorando todas as mulheres, homens, crianças e velhos do mundo. O sexo e os sentimentos entre um homem e uma mulher não substituem, em grau, número e gênero, o prazer de contemplar uma obra de arte ou o de a produzir; ou do convívio com a natureza. Estes tipos de prazer ou namoro, quando não são também vividos, fazem tamanha falta à realização vital da pessoa e das relações humanas que, fatalmente, os parceiros acabam por perder o amor, não suportar mais a relação exclusiva.

Namorar, acreditamos, não é um ato de pré-apropriação, como podem pensar as pessoas que projetam nas relações amorosas a sua visão mercantilista e capitalista (consumista) da vida e do mundo. Namorar significa apenas reabastecimento energético e vital. O ato de seduzir propõe troca, não apropriação; a pessoa que namora quer se relacionar dinâmica e dialeticamente com as outras pessoas e coisas, não aprisioná-las, imobilizá-las, apossar-se delas.

● A maneira mais fácil e rápida de destruir uma relação afetiva é torná-la exclusiva, isolada e fechada. O namoro permanente, inespecífico e poliformo serve justamente para impedir isso. Além de ser muito mais gostoso viver desse jeito.

- Mas, supondo que é naturalmente assim, por que certas pessoas deixam de namorar tudo e todos e agarram-se a uma só pessoa até que o ódio os separe? A resposta é simples, mais muito dolorosa: nesses casos, as relações amorosas são psicologicamente complementares e não suplementares como acreditamos que a natureza espera que elas sejam. Quer dizer, cada membro da dupla não está totalmente amadurecido em partes da sua personalidade. Então namoram-se de modo psicoterápico, porque descobrem que um pode ser o complemento do outro (o terapeuta do outro) e ficam vivendo assim, nesse tipo de parasitismo simbiótico. Durante certo tempo o alívio que experimentam é tão grande que a coisa até parece amor.

- Mas o que acontece, nesses casos, é que cada membro da dupla está doando, emprestando, alugando ou vendendo parte de sua vida para que o outro viva. Ninguém dá ou empresta sem depois cobrar o que deu ou emprestou, sobretudo se forem coisas vitais. Agora, se estamos alugando ou vendendo, seremos implacáveis cobradores do alto preço que estabelecemos pela cessão provisória ou permanente de nosso corpo e de nossa vida.

- A dinâmica social das relações amorosas só funciona normal e sadiamente se elas forem apenas suplementares. Quer dizer, recebemos o que não reclamamos, o que desconhecemos que existe, mas isso nos amplia, nos encanta, nos renova. E vice-versa. Ainda aqui o namoro é fundamental: na sua forma suplementar o amor é apenas e sempre namoro, sedução constante e infinita, e, naturalmente, transforma-se em paixão. O namoro não-psicoterápico é que proporciona e mantém as relações de suplementaridade. Estas, resolvemos chamar de verticais, porque independem do tempo, vivem mais da intensidade do que da continuidade e servem para se distinguir das relações

amorosas horizontais, as que visam fundamentalmente a duração e a estabilidade, embora perdendo com isso a intensidade.

Agora ficou mais fácil, para nós, definir paixão, dentro dos conceitos e sentimentos que justificam e animam este livro. Só podemos nos apaixonar verdadeiramente se estamos de posse de toda a nossa originalidade única e queremos explodi-la, implodi-la à nossa vontade, por tudo o que podemos suplementar, por tudo o que possa nos suplementar sedutoramente, prazerosamente, sempre.

É chegado o momento de tentar desfazer um equívoco que, de tão generalizado e repetido, constituiu-se em falsa verdade: as paixões são perigosas porque irracionais, incontrolláveis, destrutivas e autodestrutivas. Acontece que a paixão é a coisa que as pessoas e os sistemas autoritários mais temem, por isso eles a condenam dessa forma.

Na verdade, só os apaixonados contestam, protestam, lutam, revolucionam. Mas o que os move não é algo que os cega, mas a coisa que os ilumina e aquece, como a luz do sol.

Todo apaixonado é um vidente, porque pressente e intui tudo o que é belo e horrendo ao mesmo tempo, porque distingue de forma perfeita e implacável o falso do verdadeiro, o amoroso do odioso, o autoritário do voluntarioso, enfim, a paixão alimenta-se de liberdade e significa, em última análise, a expressão urgente e insaciável de nossa originalidade única.

Queremos concluir, de modo radical, que estar vivo não nos distingue radicalmente dos mortos; mas, estar apaixonado, sim.

A paixão, vista dessa forma, é um instrumento da ação política que abrange todo o ato de viver, inclusive o amor. Política porque atua sobre os mecanismos de poder que estão na base de todas as opções (e possibilidades de opções) humanas. Amar é

biológico, como viver, mas poder amar em liberdade não é biológico, e sim uma conquista; é fruto de nossa paixão de viver em liberdade. Assim, na sociedade humana, a possibilidade de viver e amar limitada a si mesma é insuficiente para nos garantir a sobrevivência e, sobretudo, justificá-la. Vale repetir: a paixão é mais essencial que o amor e a vida. Paixão, pois, não é uma forma de amar, uma consequência do amor, porém aquilo que lhe dá significado, eficiência e beleza.

Voltando mais uma vez à tese central deste livro — a da originalidade das pessoas na busca da liberdade individual e coletiva — queremos ressaltar a impossibilidade de se enquadrar as formas de sedução, de amor e de paixão em padrões desejáveis ou ideais. Por esta razão, torna-se ridículo discutir, por exemplo, o que seria mais certo para o homem, a poligamia ou a monogamia. Para nós, pelo que já vivemos e amamos, podemos concluir que cada ser humano há de amar conforme suas necessidades e possibilidades e a beleza e intensidade de sua paixão será de acordo com seu poder de sedução e com as necessidades, possibilidades afetivo-sexuais e paixões de seu parceiro ou parceiros. O amor, como o nascer do sol, é sempre o mesmo, porém jamais igual. Por isso é bom não perdê-lo a cada dia.

Percebemos que a partir da década de 60 aumentou significativamente o número e a multiplicidade de novas formas de acasalamento. Pelo menos na classe burguesa, em todo o mundo surgem experiências as mais diversas de relacionamentos amorosos visando, sobretudo, superar os efeitos nocivos — às pessoas, à sociedade e ao próprio amor — do casamento tradicional e das ligações clandestinas.

Descobre-se, pelo menos, que as possibilidades de relacionamentos satisfatórios para o amor são infinitas e, nesse

campo também, fica provado que a diversidade de forma e de conteúdo é mais desejável e mais sadia que a identidade, a semelhança, a imitação. Sim, porque é evidente que a semelhança, no comportamento amoroso, só se pode obter pela força, pela chantagem, pelo medo.

Os leitores devem ter notado que não nos referimos uma só vez ao homossexualismo. É que o assunto não se tornou especial ou diferenciado para nós. Acreditamos que as diferenças que podem existir entre o comportamento amoroso dos homossexuais e dos heterossexuais são as mesmas. Além do que, à medida que começam a ser vencidas as repressões à liberdade, pode-se observar, também, nas últimas décadas, o aumento do número de pessoas que se permitem o comportamento bissexual. Não como norma ou fruto de determinações de que origem forem, mas simplesmente como resultado de maior liberdade de opção para a vida, conseqüência, inclusive, da quebra de preconceitos com as pessoas, buscando o fruir do amor onde quer que ele se encontre, conforme se apresente, desde que seja realmente amor.

É dos mais neuróticos e parasitários o amor que leva uma pessoa a achar a outra um pedaço de si mesma. O romantismo também foi e é vítima do autoritarismo. Por isso tornou-se doentio. O saudável, nas relações amorosas seria, primeiro, que a pessoa já tivesse conseguido crescer até o tamanho total de si própria. Depois, aprendesse a viver por si mesma e de si mesma. Só então acasalasse, com alguém que tivesse tido igual desenvolvimento e soubesse viver de si mesma também. Assim, inteiros e juntos, começariam a viver sensações inéditas, extraordinárias, impossíveis de se viver sozinho e que não existem em nós nem sequer em semente. E o amor suplementar de que falamos. Neste ponto, é bom proclamar o que se constitui em

nossa ética fundamental: o amor não deve servir para coisa alguma, a não ser apenas para se amar.

Quando, por uma razão qualquer, a relação amorosa se desfaz, o que se desfaz de fato é só a relação amorosa e não as vidas e a integridade de cada um. E o que se tem observado é que por mais denso que tenha sido o amor, quando ele se desfaz nas relações sadias (suplementares) surgem logo novos encontros, novos namoros e seduções, o amor pode se refazer. É outro, original, porém com intensidade e qualidade semelhantes ao anterior.

Isso acontece com freqüência entre os jovens de visão ideológica não-apropriativa, não-autoritária. Foi exatamente um deles (dizia odiar a história de Romeu e Julieta) que melhor nos definiu como opera o amor, contrariando Shakespeare. Afirmava sentir o amor como algo que se desenvolvia independentemente, por si mesmo, dentro dele, como uma planta, e que o tornaria disponível para as relações que se ofereciam. Com o outro, o seu parceiro eventual, acontecia o mesmo. Quer dizer, nenhum é proprietário do amor do outro, ninguém tem poder sobre o amor do outro. Porque, continuou o jovem, as relações amorosas se fazem por mecanismos indecifráveis, são transitórias, são descartáveis, são incontrolláveis. Trata-se de produto criativo da dupla, porém sempre circunstancial, apenas para consumo imediato da relação sedutora e apaixonada entre duas ou mais pessoas.

Assim, só é possível chegar ao tamanho de nós mesmos, para poder revelar e mobilizar nossos potenciais, se conseguirmos viver bem sozinhos, amando nosso próprio corpo, pessoa e criações. O ideal, a nossa utopia, seria viver em permanente estado de auto-regulação para, eventualmente, quando a hora e a

vez chegarem, estarmos disponíveis, dispostos, potentes e competentes para todas as suplementações amorosas, enquanto forem gostosas, necessárias e possíveis.

Do modo com que estamos refletindo sobre política do cotidiano, pode parecer que tenhamos realizado com facilidade e em toda a sua extensão essas transformações revolucionárias em nossas vidas. Mas a realidade é outra: tudo foi extremamente difícil, como se vivêssemos de fato uma guerra de guerrilha. E longe estamos de ter conseguido ainda o mínimo necessário de transformações pessoais que represente força suficiente para produzir transformações sociais. Mas isso não nos desanima, pois nos sentimos a caminho, num plano inclinado e sem retorno possível.

A maior dificuldade nessa luta resulta do seguinte: temos certeza absoluta do que já não queremos e não aceitamos mais em nossas vidas. Mas ainda é tateante, incipiente e experimental o que vamos descobrindo como novos caminhos de vida não autoritária e o que fazer de nossa originalidade conquistada. Daí muitos erros, perdas, dores, medos e o sempre recomeçar de novo. Entretanto, a cada conquista própria ou dos companheiros de luta, nosso ânimo aumenta, as energias crescem e a paixão nos leva a experimentar novas formas alternativas de amar e de criar.

Ao começar este livro, estávamos impulsionados pelo entusiasmo das próprias conquistas que se somavam às dos companheiros e cúmplices espalhados pelo mundo afora. Assim, nosso livro é também uma homenagem a todos os amantes da liberdade (simultaneamente individual e coletiva) e aos pioneiros da nova e libertária família de nossos sonhos e esperanças.

11

Quem não ama fica rico

Há de se notar que dedicamos mais atenção neste livro ao amor entre as pessoas, entre casais, do que ao amor que constrói e tonifica a sociedade humana a que aspiramos. Isso é intencional dentro das teses que defendemos sobre a política do cotidiano. Federico Fellini, acusado por um crítico marxista de ter se esquecido do social e do histórico na forma e na intenção em que narra poeticamente a relação entre Zampanò e Gelsomina no filme *La strada*, escreveu-lhe uma carta com argumentação coincidente ao nosso ponto de vista a esse respeito: “Penso que *La strada* tenta realizar a experiência que muito justamente um filósofo, Emmanuel Mounier, definiu como a mais importante e originária para abrir-se a uma perspectiva social: a experiência comunitária entre um homem e outro. Quer dizer, para aprender a riqueza e a possibilidade da vida social hoje, que tanto se fala em socialismo, importa antes de tudo aprender simplesmente a estar só com o outro homem. É o aprendizado de qualquer sociedade e, se não se supera esse ponto de partida humilde mas necessário, talvez amanhã se entre numa sociedade exteriormente bem organizada, perfeita e imensurável no que tange ao público, em que, no

entanto, as relações privadas, entre homem e homem, entre pessoas, sejam esvaziadas pela indiferença, o insulamento, a impenetrabilidade.”

A maior dificuldade a vencer na vivência de relações amorosas plurais é distinguir o ciúme, enquanto sentimento autoritário de propriedade das pessoas, do outro ciúme, algo que parece fazer parte do próprio amor e da natureza biológica do homem, fruto do sentimento de totalidade, de profundidade e de integralidade que julgamos só poder atingir nas relações amorosas exclusivas.

Referindo-se ao amor de mãe, Victor Hugo considerava-o milagroso porque divide-se igualmente entre os filhos, e, entretanto, está inteiro em cada um deles. E por que não seria tão milagroso como o de mãe o amor dos amantes plurais?

Certamente, um dia, após a derrota completa e a depuração total de nosso sangue das pragas burguesas e judaico-cristãs, entre elas a do ciúme autoritário, os homens haverão de amar como profetizaram os poetas e o praticam hoje alguns revolucionários da política do cotidiano, para provar o valor e a verdade da vivência poética e da utopia anarquista.

Quanto ao ciúme produzido pelo autoritarismo, pela necessidade capitalista da posse das pessoas como se fossem dinheiro ou terra, nesse caso o ciúme é um elemento importante na política do poder. Basta apenas lembrar que amor e liberdade são duas necessidades semelhantes e paralelas, bem como uma não vai sem a outra. Além disso, são coisas a serem conquistadas a qualquer custo, geralmente com o da própria vida. Assim, na sociedade burguesa e capitalista, ninguém viverá o amor inteiro e completo, simplesmente porque nela ninguém vive o mínimo de liberdade que permitiria isso. Tragicamente, o ser humano se

habitua a viver de migalhas de amor, porque, na sociedade capitalista, há uma regra infalível: quem não ama fica rico.

Mas, para quem vive a revolução do cotidiano, o outro aspecto do ciúme é mais difícil de viver, sobretudo porque o confundimos com o autoritário e não usamos armas adequadas para enfrentar a dor que nos provoca e utilizá-lo corretamente a serviço do próprio amor.

Vamos chamar de biológico o ciúme que não é fruto do autoritarismo. Ele pode doer e ferir tanto quanto o outro, mas as armas de que dispomos para enfrentá-lo não são políticas (como na guerra contra o produzido pelo autoritarismo), mas sim de natureza biológica também. Como qualquer animal, o homem, sentindo a presença de um outro macho na conquista da fêmea que escolheu, tem duas alternativas para manter a exclusividade (imediate ou temporária): a violência ou a sedução. A violência pertence ao autoritarismo, logo terá de ser descartada. Então, podemos admitir que, num tipo de organização social não autoritária, não machista, a disputa dos machos pelas fêmeas, e vice-versa, teria de ser feita exclusivamente à custa de sedução. A beleza da espécie humana é mais evidente — e de forma independente dos padrões estéticos tradicionais ou da moda — quando as pessoas, sentindo o risco da concorrência, exteriorizam e colocam em ação todos os seus potenciais na luta (ou dança) pela conquista do parceiro que deseja.

Não há como supor uma sociedade sem concorrência ou competição na escolha do parceiro amoroso, quando não se acredita em desígnios do destino ou dos deuses. Sempre imaginamos que, se desejarmos alguém belo, gostoso, maduro, inteligente, culto e sadio, teremos que, fatalmente, tomá-lo (pela sedução, claro) de alguém. Caso contrário, esta pessoa estaria

sendo evitada por todos, por ser possuidora de algum defeito insuportável, porém disfarçado. Darwin está certo também quanto ao natural nas relações amorosas: que vença o mais forte, porém o mais forte em poder de sedução.

Mas, como em toda competição, existem regras e éticas que precisam ser respeitadas, caso queiramos, de fato, evitar a violência. Porém, a ética de que falamos é também do tipo biológico e está longe da ética moralista dos códigos burgueses e autoritários. No caso do amor plural, a sinceridade e a lealdade são duas éticas absolutamente indispensáveis para que não haja mentiras, simulação, hipocrisia e traição, enfim, nenhum desses expedientes medíocres e violentos, típicos das relações subamorosas e pseudomonogâmicas da burguesia capitalista.

Acreditamos ser ainda necessário transmitir um pouco de nossa experiência sobre a dor em relação ao prazer, no amor. Convém, antes, lembrar que não é natural, mas imposto pelas mentalidades judaico-cristãs e capitalistas, a idéia de que a relação com as pessoas e as coisas deva ter caráter perene, como a propriedade privada da terra e o “até que a morte nos separe” nas relações amorosas. O natural são as coisas, as pessoas e as relações entre elas terem um começo, um meio e um fim imprevisíveis, incontrolláveis e sempre de acordo com as necessidades e as possibilidades potenciais das pessoas, das coisas e de suas respectivas relações.

Falamos sobre isso porque toda perda amorosa, todo fim de relação, é coisa extremamente dolorosa. E tanto maior o prazer e a alegria de uma relação, maior a dor e a tristeza que serão provocadas quando do seu fim ou de sua perda. Mas, se sabemos realisticamente que todo amor terá sempre um fim e que algo ou tudo da relação pode ser destruído com o tempo, deveríamos,

então, estar sempre preparados para enfrentar a dor. Enfim, a dor é também o amor. Porque a dor e o prazer no amor são uma só coisa, alternando-se como bússola a indicar as vitórias e os fracassos da sedução, do amor e da paixão nas relações afetivas. E o sentimento de onipotência, é o autoritarismo apropriativo que supõe e cobra o direito a vivermos apenas o prazer no amor.

Acreditamos, porque já experimentamos mais de uma vez, que a dor pela perda ou destruição de um grande amor torna-se insuportável, consegue vencer a compreensão ideológica e nos desorganiza psicologicamente. Parece ser algo impossível de anestesiar e de consolar. E como poderia ser diferente se esse amor foi uma sedução permanente, uma paixão vertical, inédita, uma relação de complementaridade, na qual beleza e prazer se confundiram num só sentimento e percepção? Como poderíamos sofrer menos quando o perdemos ou o vemos destruído irremediavelmente? Sempre nos sobrará, no mínimo, um terrível sentimento de culpa e, no máximo, o vazio abismai da solidão dos deuses decaídos.

Mas nós aceitamos, queremos essa dor, mesmo que seja mortal, porque ela é o testemunho de que pelo menos durante algum tempo conhecemos a verdadeira face do amor. E só isso basta para justificar a vida.

Através das lutas na revolução do cotidiano, descobrimos que amar de forma libertária e plural é o grande instrumento transformador da sociedade. Referindo-se ao poeta Rimbaud, o escritor Henry Miller descreve, através dele, o que sentimos sobre os protagonistas da revolução que realizaria nossas utopias e paixões: “E para o rebelde, mais que para todos os homens, é necessário conhecer o amor e dá-lo ainda mais que recebê-lo, e ainda mais do que dar, ser o amor.”

Mas é preciso ressaltar ainda uma vez que a realização integral do amor, o exercício da liberdade para as paixões e o encantamento necessário à sedução tornaram-se impossíveis na sociedade burguesa capitalista ou socialista autoritária. Vive-se nesses regimes uma terrível e monstruosa caçada ao amor. E isso garante a sobrevivência do sistema. Ou um ou outro.

Nessas condições de vida só é possível o amor na marginalidade, nas catacumbas que a revolução do cotidiano vai criando para nós. Dessas trincheiras vamos inventando novas formas de amar, criando amores que os autoritários desconhecem, por isso não o temem e não o caçam, pelo menos durante algum tempo. Nesse tempo é que ganhamos espaço e vida, nele cultivamos a esperança, nos armando de forças e estratégias próprias para a luta guerrilheira no plano social.

Porém para os que não conseguem reagir e se submetem ao sistema, só resta tentar escapar à violência e à implacabilidade da grande e permanente caçada ao amor. Um de nós, no romance *Cleo e Daniel*, logo após o golpe militar de 1964, descreveu assim a caçada de que também fomos vítimas, mas, apesar de tudo, escapamos com vida e amando: “O amor sendo traído, mentido, negado, iludido, falsificado, destruído! Porque não são as pessoas que existem, mas a esperança de amor que há nelas. Não há nomes, não há olhares, não há gestos, palavras. Apenas o seu conteúdo em promessas, intuições de amor. Não há projetos de vida, não há realizações, não há conquistas, somente essa busca cega e desesperada de salvar o frágil e único legado de Deus! A ilusão de amar. Porque a vida humana transformou-se nessa imensa e grotesca caçada: cada homem tentando alcançar o germe do amor que há no outro, para aprisioná-lo, feri-lo, matá-lo. Por isso fazem-se amigos, parceiros, parentes, amantes, sócios.

Porque é preciso estar mais próximo, mais ao alcance do ódio, mais perto da ilusão de amor do outro. Para a ceva, para o bote, para o crime. A humanidade é o resultado dessa caçada. Os homens estão vivos, mas o seu amor está morto. Assassinado. Um matou a possibilidade de amor do outro. A lei é essa mesma: amor por amor, para que não haja amor!”

¹ Este livro foi digitalizado e distribuído GRATUITAMENTE pela equipe Digital Source com a intenção de facilitar o acesso ao conhecimento a quem não pode pagar e também proporcionar aos Deficientes Visuais a oportunidade de conhecer novas obras.
Se quiser outros títulos nos procure http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros, será um prazer recebê-lo em nosso grupo.

Livros de Roberto Freire

Títulos com a TRIGRAMA EDITORA

CLEO E DANIEL, romance (1967)

COIOTE, romance (1980)

AME E DÊ VEXAME (1987)

SOMA — UMA TERAPIA ANARQUISTA, vol. 1, A Alma É o Corpo
(1988)

SOMA — UMA TERAPIA ANARQUISTA, vol. 2, A Arma É o Corpo
(1991)

SOMA — UMA TERAPIA ANARQUISTA, vol. 3, Corpo a Corpo
(A Síntese da SOMA) (1993)

SEM TESÃO NÃO HÁ SOLUÇÃO (1990)

UTOPIA E PAIXÃO (1991)

HISTÓRIAS CURTAS E GROSSAS, contos, vol. 1 e vol. 2 (1991)

A FARSA ECOLÓGICA (1992)

3/4 (1993) (teatro)

OS CÚMPLICES, romance, vol. 1 e vol. 2 (1995 e 1996)

PEDAGOGIA LIBERTÁRIA (1996)

Títulos com outras editoras:

AS AVENTURAS DE JOÃO PÃO, ficção infantil, Editora Moderna
(1994)

Moleques de Rua

Domadores Mágicos e Ladrões

Milagre da Santa Chorona

A Revolta dos Meninos

A Fórmula da Esperança

TESUDOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!, Editora Siciliano
(1995)

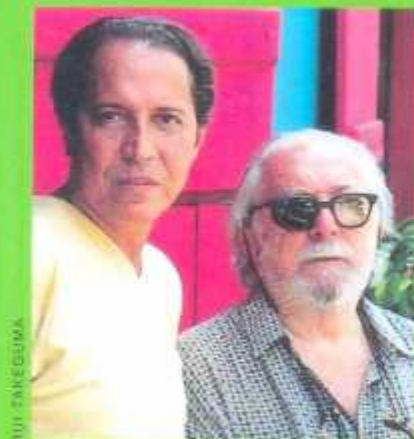
O TESÃO E O SONHO, romance, Editora Moderna (1999)

LIV E TATZIU, romance. Editora Globo (1999)



http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

<http://groups.google.com/group/digitalsource>



ROUI TAKEDUMA

"Nada é tão contagiante como o gosto pela liberdade."

"Risco é sinônimo de liberdade.
O máximo de segurança é a escravidão."

"Ser livre é ser revolucionário. E alegre."

"O venerado amor de mãe é muito mais perigoso
para a humanidade que todo o arsenal de armas atômicas."



TRIGRAHA